

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 027/2021
Data: 12/02/2021**

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	3
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA ASSINA CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS	3
USIMINAS REGISTRA O MAIOR EBITDA EM 12 ANOS	3
BAIXADA SANTISTA FIRMA PROTOCOLO PARA CRESCIMENTO ECONÔMICO E MODERNIZAÇÃO DO PORTO	6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	7
ANTAQ PARTICIPA DE ASSINATURA DE CONTRATOS PARA CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS	7
DNIT INICIA SERVIÇOS PARA RESGATAR NAVIO QUE AFUNDOU EM 2015 NO PARÁ.....	8
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	9
SPA PRORROGA PRAZO DE CONSULTA PÚBLICA SOBRE FERROVIA INTERNA DO PORTO DE SANTOS	9
CABOTAGEM: PROJETO DE LEI DEVE SOFRER MUDANÇAS NO SENADO, ADMITE MINISTRO	9
CODESA – MAIS UMA INSTALAÇÃO RETROPORTUÁRIA DISPONÍVEL PARA ARRENDAMENTO	10
CARGILL CONCLUI INTEGRAÇÃO DE FÁBRICA DE RAÇÕES PARA SUINOCULTURA NO PARANÁ.....	10
ISTOÉ - DINHEIRO	11
ANP DÁ MAIS PRAZO PARA EXPLORAÇÃO DE BLOCOS NA FOZ DO AMAZONAS.....	11
PACHECO DIZ QUE VACINA E AUXÍLIO DEIXAM DE SER PRIORIDADE QUANDO PANDEMIA ACABAR	12
MOURÃO: MUDANÇA NA COBRANÇA DO ICMS SOBRE COMBUSTÍVEL SERÁ DECIDIDA NO CONGRESSO	12
GUEDES: REFORMA MAIS IMPORTANTE DEPOIS DA PREVIDÊNCIA É PACTO FEDERATIVO.....	13
EXTRA ONLINE	14
BOLSONARO INSISTE EM REDUZIR PIS/COFINS DE COMBUSTÍVEIS	14
AUXÍLIO EMERGENCIAL: GOVERNO E CONGRESSO CHEGAM A ACORDO POR MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL PARA RETOMADA DO PAGAMENTO.....	15
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	16
BOLSONARO FALA EM “QUEDA DE BRAÇO” COM ECONOMIA PARA DESONERAR DIESEL.....	16
JORNAL O GLOBO – RJ	18
AUXÍLIO EMERGENCIAL: GOVERNO E CONGRESSO CHEGAM A ACORDO POR MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL PARA RETOMADA DO PAGAMENTO.....	18
PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL MINIMIZA DESGASTE COM BOLSONARO E AFIRMA QUE PROBLEMA FOI COMUNICAÇÃO... ..	20
APAGÃO NO AMAPÁ: ANEEL MULTA EM R\$ 3,6 MILHÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA QUE DEIXOU ESTADO ÀS ESCURAS.....	21
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	22
COM AVAL DA ANP, PETROBRÁS ASSUME BLOCOS PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO RIO AMAZONAS	22
IPO DA CSN MINERAÇÃO MOVIMENTA R\$ 5,2 BILHÕES	23
AO DEFENDER NOVA RODADA DE AUXÍLIO, MOURÃO DIZ QUE GOVERNO NÃO PODE 'SER ESCRAVO DO MERCADO'	24
CUSTO BRASIL: 25 PROPOSTAS DA CNI PARA DESTRAVAR A ECONOMIA	25
BRASIL BATE RECORDE COM 500 MIL UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR DISTRIBUÍDA.....	27
VALOR ECONÔMICO (SP)	28
RUMO: LUCRO LÍQUIDO CAI 98,5% NO 4º TRIMESTRE, CHEGANDO A R\$ 3 MILHÕES	28
A NOVA FRONTEIRA QUE TRANSFORMA O BRASIL.....	29
GAS BRIDGE PREPARA ESTREIA EM COMERCIALIZAÇÃO E ESTOCAGEM.....	33
ENGIE BRASIL VAI INVESTIR R\$ 3,5 BI NO PAÍS ESTE ANO	35
BNDES APROVA FINANCIAMENTO DE R\$ 1,49 BI PARA A ENERGISA	36
SE EUA NÃO INVESTIREM MAIS, CHINA VAI ‘PASSAR A PERNA’, DIZ BIDEN.....	37
AGÊNCIA BRASIL - DF	38
BOLSONARO QUER QUE POSTOS EXIBAM COMPOSIÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS	38
PORTAL PORTOS E NAVIOS	39
LIMINAR AUTORIZA PORTONAVE A RETOMAR COBRANÇA DA SSE/THC-2	39
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	40
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	40



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA ASSINA CONTRATOS DE EXPLORAÇÃO DE TERMINAIS PORTUÁRIOS

Ao todo, serão investidos R\$ 616,5 milhões na movimentação de cargas variadas



[https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.142659:1613072406/Ministerio-da-Infraestrutura-assina-contratos-de-explorac-o-de-terminais-portuarios.jpeg?f=2x1&\\$p\\$f=c387fd2&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.atribuna.com.br/image/contentid/policy:1.142659:1613072406/Ministerio-da-Infraestrutura-assina-contratos-de-explorac-o-de-terminais-portuarios.jpeg?f=2x1&pf=c387fd2&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Ministério da Infraestrutura assina contratos de exploração de terminais portuários (Foto: Divulgação/Ministério da Infraestrutura)

O Ministério da Infraestrutura assinou nesta quarta-feira (10) quatro novos contratos de adesão para exploração de Terminais de Uso Privado (TUPs) no estado do Pará. São eles: Petróleo Sabbá, Louis Dreyfus, Cargill e Administradora de Bens de Infraestrutura (ABI). Juntos, esses portos receberão investimentos de R\$ 616,5 milhões para movimentação de cargas variadas, como grãos e combustíveis.

"Os novos contratos com os terminais irão suprir uma demanda de movimentação de cargas na região, que se tornou um corredor logístico estratégico em constante crescimento", declarou o secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni, durante cerimônia de assinatura dos contratos, em Brasília. O evento também contou com a participação do ministro Tarcísio Freitas.

Os terminais Cargill e Louis Dreyfus estão localizados nos municípios de Rurópolis e Itaituba, que fazem parte da rota de escoamento de exportação de grãos agrícolas do chamado Arco Norte, que reúne portos da região Norte e Nordeste do país de onde são exportados parte da produção agrícola brasileira. Segundo a pasta, esses terminais serão responsáveis por movimentar grãos sólidos, principalmente vegetais. A estimativa total de movimentação da carga de ambos terminais é de 6,7 milhões de toneladas/ano.

Já os terminais Petróleo Sabbá e ABI irão movimentar grãos líquidos combustíveis, que se destinam ao armazenamento, distribuição e ao abastecimento regional de combustíveis nos municípios de Itaituba e Santarém.

Os TUPs são terminais outorgados pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para empresas privadas. De acordo com o Ministério da Infraestrutura, nos últimos dois anos, foram assinados 78 contratos de adesão com empresas, que representam R\$ 6 bilhões em investimentos no modal portuário

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 12/02/2021

USIMINAS REGISTRA O MAIOR EBITDA EM 12 ANOS

Empresa registrou um lucro líquido de R\$ 1,9 bilhão no fechamento do quarto trimestre de 2020
Por ATribuna.com.br

A Usiminas divulgou nesta sexta-feira (12) que encerrou o quarto trimestre do ano passado com um resultado que consolida diversos recordes de desempenho alcançados em 2020. Neste período, foi registrado um Ebitda Ajustado consolidado de R\$ 1,6 bilhão contra R\$ 826 milhões no trimestre

anterior, uma alta de 95%. A Margem Ebitda Ajustado saltou de 18,9% no terceiro trimestre para 29,4% no quarto trimestre. A empresa encerrou 2020 com um Ebitda Ajustado de R\$ 3,2 bilhões, o melhor resultado desde 2008.



[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1_49605:1556201906/Usiminas.jpeg?f=2x1&\\$p\\$f=f7fb278&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1_49605:1556201906/Usiminas.jpeg?f=2x1&pf=f7fb278&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Empresa registrou um lucro líquido de R\$ 1,9 bilhão no fechamento do quarto trimestre de 2020 (Rogério Soares/AT)

O lucro líquido ficou em R\$ 1,9 bilhão no último trimestre do ano contra R\$ 198 milhões no trimestre anterior, um crescimento de 866%. No fechamento do ano de 2020, o lucro líquido

atingiu R\$ 1,3 bilhão, contra os R\$ 377 milhões registrados em 2019, uma alta de 243%.

Com relação aos investimentos feitos pela companhia, o Capex do quarto trimestre totalizou R\$ 245 milhões, com alta de 36,8% na comparação com o trimestre anterior (3T20), quando atingiu R\$ 179 milhões. No consolidado do ano, os aportes da Usiminas totalizaram R\$ 799 milhões, superior em 15,7% na comparação com o ano de 2019, quando ficaram em R\$ 690 milhões.

Outros destaques do quarto trimestre foram as vendas de aço, de 1,1 milhão de toneladas, maior volume desde o 4T15, e de minério de ferro, de 8,7 milhões de toneladas no ano, recorde histórico. O ano foi encerrado com o maior caixa anual desde 2011, com R\$ 4,9 bilhões.

“A Usiminas tem um longo histórico de desafios e superações. No ano de 2020, enfrentamos um período de grandes impactos sociais e econômicos impostos pela pandemia da Covid-19 e nossas equipes mostraram, mais uma vez, sua capacidade de vencer obstáculos. Tomamos as medidas adequadas, no momento certo, e conseguimos encerrar o ano com resultados muito satisfatórios. Passada a fase mais aguda da crise, quando tivemos que tomar medidas drásticas como o desligamento de dois dos nossos três altos-fornos da Usina de Ipatinga, pudemos retomar as operações do Alto-Forno 1 em agosto passado e já estamos nos preparando para religar o AF-2 no próximo mês de junho”, afirma o presidente da companhia, Sérgio Leite.

Nesta sexta-feira, a Usiminas divulgou também uma nova previsão de investimentos para 2021. O Capex para 2021 é de R\$ 1,5 bilhão, que devem ser destinados, principalmente, para a reforma do Alto-Forno 3 da Usina de Ipatinga e para o projeto, em implantação, de empilhamento a seco na Mineração Usiminas. Além dos recursos previstos, também, para manutenção, saúde, segurança e meio ambiente.

Avanços na produção

Entre as empresas controladas, a Mineração Usiminas encerrou o quarto trimestre de 2020 com um Ebitda Ajustado de R\$ 958 milhões, aumento de 48,7% em relação ao 3T20 (R\$ 644 milhões), também recorde histórico. Já a margem Ebitda Ajustado da Musa foi de 67,8% no quarto trimestre do ano passado, contra 57,6% no trimestre anterior (3T20). No fechamento do ano, o Ebitda Ajustado da Mineração Usiminas alcançou R\$ 2,2 bilhões no ano passado, nova máxima histórica para esse indicador, representando um aumento de 196,7% quando comparado à 2019 (R\$ 740 milhões). Ainda no consolidado do ano, a margem Ebitda Ajustado foi de 57% em 2020, contra 37,2% em 2019.

No que diz respeito à produção, a Musa contabilizou 2,2 milhões de toneladas de minério de ferro produzidas no quarto trimestre de 2020, uma ligeira redução de 3,4% quando comparada ao 3T20 (2,3 milhões de toneladas) e alta de 9,6% em relação ao igual trimestre de 2019 (2 milhões de toneladas). No consolidado do ano, a Musa encerrou o período com um volume recorde de produção. Foram 8,7 milhões de toneladas produzidas em 2020 contra 7,4 milhões de toneladas no ano anterior, uma elevação de 18,2% comparada à produção de 2019.



Com relação às vendas no quarto trimestre, o volume atingiu 2,3 milhões de toneladas, estável em relação ao trimestre anterior (3T20). No consolidado do ano, a empresa registrou um novo recorde anual em 2020, com um volume de 8,7 milhões de toneladas vendidas, 0,8% acima de 2019 (8,6 milhões de toneladas).

A Musa contabilizou R\$ 208,8 milhões em investimentos no ano, aplicados, principalmente, no projeto de empilhamento a seco (Dry Stacking). Uma iniciativa já em fase de implantação que vai permitir à empresa passar a operar, ainda neste ano, sem o uso de barragens convencionais. Os investimentos em 2020 foram 59,7% superiores aos do ano de 2019 (R\$ 130,8 milhões). No 4T20 o Capex totalizou R\$ 76,9 milhões, ante os R\$ 47,6 milhões registrados nos três meses anteriores (3T20), um aumento de 61,7%.

Na Unidade de Siderurgia, a produção registrou altas relevantes no quarto trimestre. Foram 760 mil toneladas de aço bruto produzidas na Usina de Ipatinga no quarto trimestre de 2020, uma alta de 9,2% em relação ao trimestre anterior (3T20), quando foram produzidas 696 mil toneladas. A produção de laminados nas Usinas de Ipatinga e Cubatão totalizou 1.143 mil toneladas no quarto trimestre, contra as 801 mil toneladas produzidas no trimestre anterior (3T20), um aumento de 42,7%, reflexo dos esforços da companhia para atender a demanda interna.

No consolidado do ano de 2020, a produção de aço bruto na Usina de Ipatinga foi de 2.760 mil toneladas, inferior em 15,4% no comparativo com 2019, quando foram produzidas 3.264 mil toneladas. Ainda no consolidado do ano, a produção de laminados nas Usinas de Ipatinga e Cubatão totalizou 3.695 mil toneladas, uma redução de 9,1% quando comparada com 2019 (4.064 mil toneladas), resultado das medidas de adequação de produção necessárias para enfrentar a queda de demanda registrada no início da pandemia da Covid-19.

A empresa ressalta ainda os esforços adotados para adequar sua produção à retomada da demanda, visto que o volume de produção de laminados totais no quarto trimestre, de 1.143 mil toneladas, foi 69,1% superior ao registrado no segundo trimestre de 2020, de 676 mil toneladas.

Mercado interno

No quarto trimestre do ano passado, as vendas totais da Unidade de Siderurgia somaram 1.133 mil toneladas de aço, alta de 21,4% em relação ao terceiro trimestre (934 mil toneladas), o maior volume de vendas trimestral dessa Unidade desde o quarto trimestre de 2015. Do total, 96% das vendas foram para o mercado interno e 4% para exportações, resultado dos esforços da companhia para atendimento de seus clientes locais.

No consolidado do ano de 2020, as vendas totais somaram 3,7 milhões de toneladas de aço, um recuo de 9,3% em relação a 2019 (4,1 milhões de toneladas), refletindo o impacto da pandemia da Covid-19 na demanda de aço, principalmente no segundo trimestre de 2020. No ano, 89% do volume de vendas foi destinado ao mercado interno e 11% às exportações.

Outras Unidades de Negócios

Na Soluções Usiminas, que atua no mercado de distribuição de aço, serviços, fabricação e venda de tubos de pequeno diâmetro, o Ebitda Ajustado foi de R\$ 137 milhões no quarto trimestre, 126,4% superior ao registrado nos três meses anteriores (R\$ 61 milhões), máxima histórica de Ebitda em um trimestre. A margem Ebitda Ajustado foi de 10% no 4T20, contra os 5,7% do terceiro trimestre. A receita líquida no quarto trimestre totalizou R\$ 1,4 bilhão, alta de 29,3% em relação ao trimestre anterior (R\$ 1,1 bilhão), a maior da história da empresa, devido ao maior volume de vendas em 14,5%, também recorde para a Unidade, e maiores preços praticados.

Na Usiminas Mecânica, o Ebitda Ajustado no quarto trimestre ficou negativo em R\$ 16 milhões, contra os R\$ 52 milhões negativos do trimestre anterior (3T20), refletindo o processo de reestruturação da empresa. No acumulado do ano, o Ebitda Ajustado totalizou R\$ 145 milhões negativos, R\$ 129 milhões inferior ao registrado em 2019 (R\$ 16 milhões negativos).

Enfrentamento à pandemia

Ao longo do ano de 2020, a companhia investiu, por meio da Fundação São Francisco Xavier, cerca de R\$ 27 milhões nessas iniciativas. A FSFX é o braço social da companhia nas áreas de Saúde e Educação, responsável pela gestão de cinco unidades hospitalares instaladas em cidades de Minas Gerais e em Cubatão. São hospitais referência para 35 municípios do Leste de Minas e para a Baixada Santista, com parte expressiva dos atendimentos dedicada a pacientes do SUS.

Os recursos foram destinados, entre outras iniciativas, para a aquisição de novos respiradores mecânicos, instalados em um andar inteiro dedicado a pacientes do Coronavírus no Hospital Márcio Cunha, de Ipatinga; novos leitos de UTI e equipamentos diversos. Foram direcionados recursos também para ações como a doação de alimentos para comunidades socialmente vulneráveis, de 150 mil máscaras de proteção para colaboradores, familiares e comunidades e para a higienização de espaços públicos com grande circulação de pessoas em Ipatinga e Cubatão

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 12/02/2021

BAIXADA SANTISTA FIRMA PROTOCOLO PARA CRESCIMENTO ECONÔMICO E MODERNIZAÇÃO DO PORTO



Entre as ações a serem trabalhadas estão a busca por alternativas para a produção de gás oriundo do pré-sal, análise das áreas pouco utilizadas da Usiminas e uma definição quanto ao Complexo Andaraguá, em Praia Grande

Da Redação

[https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.64994:1603818743/Baixada-Santista.png?f=2x1&\\$p\\$f=e6f5d6b&q=0.8&w=3000&\\$w=864726f](https://www.tribuna.com.br/image/contentid/policy:1.64994:1603818743/Baixada-Santista.png?f=2x1&pf=e6f5d6b&q=0.8&w=3000&$w=864726f)

Uma radiografia das cidades será traçada,

destacando itens em potencial para atrair investidores (Reprodução)

Prefeitos e representantes das cidades da região estiveram nesta quarta-feira (10), em São Paulo para a assinatura de um protocolo de intenções com a Invest SP, agência paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade. O objetivo é criar um plano de cooperação técnica, mapeando gargalos e potenciais de desenvolvimento para acelerar a retomada econômica e possibilitar a criação de empregos.

O presidente da Invest SP, Wilson Mello, disse que, entre as ações a serem trabalhadas na Baixada Santista, estão a busca por alternativas para a produção de gás oriundo do pré-sal, análise das áreas pouco utilizadas da Usiminas, a modernização do Porto de Santos e uma definição quanto ao Complexo Andaraguá, em Praia Grande.

“A logística da região precisa se modernizar para não perder as janelas de oportunidades. Um exemplo é o Grupo Rumo, que está sinalizando com investimentos na ordem de R\$ 6 bilhões na malha férrea paulista, algo que vai impactar de forma positiva a Baixada”, disse Mello. O acordo, válido por 12 meses, também prevê apoio aos municípios na interlocução com investidores e em decisões para novos empreendimentos.

Ao assinar o documento, o prefeito santista e também presidente do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista (Condesb), Rogério Santos (PSDB), reafirmou a importância de projetos conjuntos.

“Esse protocolo vai ajudar no planejamento integrado e no desenvolvimento das potencialidades da nossa região, incluindo o porto, os aeroportos, o Polo Industrial e o turismo.”

A prefeita de Praia Grande, Raquel Chini (PSDB), frisou que essa união será um ponto fundamental para a retomada econômica. “A Cidade investiu em obras de infraestrutura nos últimos anos em

todos os bairros, fator determinante para chegada de mais investidores”, analisou, ao tratar da assinatura do protocolo.

Radiografia

A próxima etapa do processo será realizar reuniões técnicas entre representantes das prefeituras e da Invest SP.

Uma radiografia das cidades será traçada, destacando itens em potencial que poderão atrair investidores. A meta é que, até o fim de maio, apresentem-se projetos para fomentar negócios na região

Fonte : A Tribuna Digital - SP

Data : 12/02/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ PARTICIPA DE ASSINATURA DE CONTRATOS PARA CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS



https://www.gov.br/antag/pt-br/assuntos/noticias/antag-participa-de-assinatura-de-contratos-para-construcao-de-instalacoes-portuarias/DGassinaturatups.jpg/@_images/4aafd0cf-3276-4851-b0bd-6d4f23067e08.jpeg

Depois de análise de documentação realizada pela ANTAQ, o Ministério da Infraestrutura assinou, na quarta-feira (10), quatro contratos de adesão para construção/exploração de instalações portuárias, todas localizadas no Pará. No total, os investimentos giram em torno de R\$ 608,6 milhões. Os contratos foram celebrados com a interveniência da Agência Reguladora.

Os novos investimentos são:

- uma estação de transbordo de cargas (ETC) em Rurópolis (PA), com investimentos de R\$ 250 milhões. A movimentação será de 4,5 milhões de toneladas de granel sólido vegetal por ano. Empresa: Louis Dreyfus Company Brasil S/A.

- um terminal de uso privado (TUP) em Itaituba (PA), com investimentos de R\$ 90 milhões. A movimentação de combustíveis por ano será de 800.000 metros cúbicos. Empresa: Petróleo Sabbá S/A.

- um terminal de uso privado (TUP) em Santarém (PA), com investimentos de R\$ 32,6 milhões. Movimentação de combustíveis: 204.000 metros cúbicos/ano. Empresa: Administradora de Bens de Infraestrutura LTDA.

- uma estação de transbordo de cargas (ETC) em Itaituba (PA), com investimento de R\$ 236 milhões. Movimentação de granel sólido vegetal: 2,2 milhões de toneladas/ano. Empresa: Cargill Agrícola S/A.

“O papel da ANTAQ é fundamental nas celebrações desses contratos de adesão. Compete à Agência a análise de toda a documentação necessária para que o interessado possa construir uma instalação portuária. Dentro dessa análise, encontra-se também a análise de viabilidade locacional que permite à ANTAQ se posicionar sobre possíveis interferências do projeto com a operação de demais instalações portuárias na sua adjacência”, detalhou o diretor-geral da Agência, Eduardo Nery.

Com o advento da Lei nº 12.815/2013, os interessados em construir instalação portuária podem movimentar qualquer tipo de carga que se encaixe no seu projeto. Esse projeto passa primeiramente pelo crivo do Ministério da Infraestrutura, que se manifesta sobre a adequação do empreendimento às diretrizes do planejamento e das políticas do setor portuário. “Do ponto de vista da política pública, são interessantes esses tipos de empreendimento para o setor portuário, pois dinamizam a economia local e regional, não só com a etapa de construção de uma instalação portuária, mas principalmente na sua operação”, destacou Nery.

Para o superintendente de Outorgas da ANTAQ, Alber Vasconcelos, “ao longo dos anos, a Agência tem aprimorado a sua análise e obviamente aperfeiçoado sua metodologia. A análise técnica para autorização de instalação portuária não demora mais do que 90 dias, já incluindo o prazo para abertura do anúncio público, desde que toda a documentação seja apresentada pelo interessado”.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 12/02/2021

DNIT INICIA SERVIÇOS PARA RESGATAR NAVIO QUE AFUNDOU EM 2015 NO PARÁ

Embarcação transportava cinco mil bois vivos e 700 toneladas de óleo



https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/dnit-inicia-servicos-para-resgatar-navio-que-afundou-em-2015-no-para/Imagem4.jpg/@_@images/f1ca7a54-0c82-4aae-978d-920b57009254.jpeg

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) inicia, nesta semana, operação para retirada da estrutura do navio Mv Haidar, que naufragou em 2015, no porto de Vila do Conde, localizado em Barcarena, no Estado do Pará. A Autarquia é responsável pelo serviço de reflutuação

para recuperar a estrutura, a fim de restaurar as condições de trafegabilidade no local.

As equipes do DNIT atuaram em conjunto com a Marinha do Brasil, Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Semas), Companhia Docas do Pará (CDP) e a Capitania dos Portos com o objetivo de obter a autorização para que o trabalho seja realizado de acordo com as legislações ambientais, portuárias e de segurança do trabalho. O plano de controle ambiental para a flutuação da embarcação e segurança ambiental da operação foi aprovado pela SEMAS no final de 2020 e pela Marinha em fevereiro deste ano.

Com o sinal verde para iniciar os serviços de remoção da estrutura, que se encontra submersa no rio, as equipes do DNIT planejam concluir os serviços de reflutuação e remoção no segundo semestre deste ano. O investimento corresponde a R\$ 51,2 milhões.

Com a retirada da estrutura localizada no berço 302, no porto de Vila do Conde, será possível ampliar a quantidade de embarcações que utilizam o local.

O navio Mv Haidar, de bandeira libanesa, afundou em 6 de outubro de 2015. A embarcação transportava cinco mil bois vivos e 700 toneladas de óleo para a Venezuela.

Fonte : ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data : 12/02/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SPA PRORROGA PRAZO DE CONSULTA PÚBLICA SOBRE FERROVIA INTERNA DO PORTO DE SANTOS

Informação: Santos Port Authority (12 de fevereiro de 2021)

A Santos Port Authority (SPA) prorrogou o prazo de entregas para a consulta pública sobre o novo modelo de exploração da Ferrovia Interna do Porto de Santos (FIPS), sistema de trilhos que integram a infraestrutura portuária. Agora a consulta vai até dia 27 de fevereiro.

Sobre o assunto, audiência pública foi realizada nesta quarta-feira (10), de forma online, devido às restrições impostas pela pandemia. O debate, que durou cerca de quatro horas, contou na abertura com a participação de Diogo Piloni, titular da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA). Também pela SNPTA participaram a Diretora do Departamento de Gestão de Contratos, Flávia Takafashi, e o Diretor do Departamento de Novas e Outorgas e Políticas Regulatórias Portuárias, Fábio Lavor Teixeira, que também é presidente do Conselho de Administração da SPA. Pela SPA participaram o presidente de Companhia, Fernando Biral, e o diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação da SPA, Bruno Stupello.

Com oferta para 50 milhões de toneladas, a ferrovia interna do Porto movimentava hoje aproximadamente 45 milhões de toneladas. O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto prevê aumento de 91% na movimentação ferroviária até 2040, para 86 milhões de toneladas por ano. Para dar conta dessa demanda, a estimativa é de que sejam necessários aproximadamente R\$ 2 bilhões em obras de expansão como novos ramais, uma perla ferroviária na margem direita (Santos), um novo retopátio ferroviário na margem esquerda (Guarujá), além da eliminação dos cruzamentos em nível e construção de passarelas de pedestres no Porto Organizado. O atual contrato vence em 2025.

A íntegra da audiência foi transmitida ao vivo e estará disponível no canal do Youtube da SPA.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 12/02/2021

CABOTAGEM: PROJETO DE LEI DEVE SOFRER MUDANÇAS NO SENADO, ADMITE MINISTRO

Tarcísio Gomes de Freitas, indicado ministro da Infraestrutura, no CCBB. Foto: Sérgio Lima/Poder360

O ministro Tarcísio de Freitas (Infraestrutura) afirmou nesta 4ª feira (10.fev.2021) que o projeto de lei da cabotagem –também chamado pelo governo de BR do Mar– deve ser mudado no Senado.

“Acho muito improvável que ele passe incólume no Senado”, disse.

O texto, que altera as regras desse mercado no país, foi aprovado na Câmara dos Deputados em dezembro. Agora, aguarda a análise dos senadores. O PL 4.199 de 2020 está na lista de prioridades apresentada pelo governo aos novos presidentes da Câmara e do Senado na 4ª feira passada (3.fev).

A declaração do ministro foi feita durante a cerimônia de assinatura de 4 contratos para uso de terminais privados em portos do Pará. Os TUPs (Terminais de Uso Privado) Petróleo Sabbá, Louis Dreyfus, Cargill e ABI (Administradora de Bens de Infraestrutura) receberão, ao todo, R\$ 616,5 milhões em investimentos para movimentação de cargas.

Segundo o secretário de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni e Silva, foram assinados 38 novos contratos desse tipo desde o início de 2019. Considerando os ativos, são 78. Há ainda 50 em análise.

Já o diretor presidente da ATPP (Associação de Terminais Portuários Privados), Murillo Barbosa, pontuou o país soma 243 contratos de TUPs assinados. Ressaltou ainda que a maior concentração de terminais desse tipo está na região Norte, embora considerando o volume transportado, o Sudeste ainda predomine.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 12/02/2021

CODESA – MAIS UMA INSTALAÇÃO RETROPORUÁRIA DISPONÍVEL PARA ARRENDAMENTO

Informação: CODESA (12 de fevereiro de 2021)

Em continuidade ao processo simplificado para contratação transitória, a CODESA disponibiliza a Área 6 (Vix 7), localizada em Capuaba, Vila Velha. São 74,2 mil m² destinados a receber carga geral solta e carga geral containerizada, de acordo com os termos do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Vitória.



<https://www.sopesp.com.br/wp-content/uploads/2021/02/21-300x169.jpg>

Confira os detalhes clicando aqui

[http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/Descricao%20das%20areas%2010.02.2021-7\(1\).pdf](http://codesa.gov.br/scriptcase/file/doc/codesa_arquivos/Descricao%20das%20areas%2010.02.2021-7(1).pdf)

Este processo seletivo também atende aos artigos 46 e 47 da Resolução Normativa 07/2016 da Agência

Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), e tem o objetivo de fomentar e expandir a produtividade dessas instalações portuárias.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 12/02/2021

CARGILL CONCLUI INTEGRAÇÃO DE FÁBRICA DE RAÇÕES PARA SUINOCULTURA NO PARANÁ

Informação: Moneytimes (12 de fevereiro de 2021)

Para o diretor-geral da Cargill Nutrição Animal, Celso Mello, o movimento coloca a empresa mais próxima de suas metas globais previstas para os próximos 5 anos (Imagem: REUTERS/Christinne Muschi)

A trading de commodities Cargill concluiu neste mês a integração de uma fábrica de rações para suinocultura em Quatro Pontes (PR), antes ocupada pela Beckers, que havia sido adquirida no final de 2019, informou a empresa norte-americana nesta quinta-feira.

Segundo a Cargill, cuja unidade de nutrição animal é detentora da marca Nutron, no período desde a aquisição foram realizadas melhorias internas para adaptação ao padrão global da empresa, com investimentos de mais de 2 milhões de reais.

A companhia afirmou em comunicado que pretende manter investimentos na fábrica, com destaque para a nutrição de animais jovens, mas não detalhou valores.

A unidade já conta com duas linhas de produção e duas peletizadoras.



“Seguimos comprometidos com a expansão das operações para os próximos anos... Pretendemos continuar desenvolvendo soluções em nutrição de animais jovens como parceiros de confiança de nossos clientes, criando valor e fazendo a diferença para toda a cadeia da suinocultura”, disse o líder comercial de Suínos da Cargill Nutrição Animal, João Fausto.

Para o diretor-geral da Cargill Nutrição Animal, Celso Mello, o movimento coloca a empresa mais próxima de suas metas globais previstas para os próximos 5 anos.

A Cargill havia anunciado a compra da Beckers em 2019. Na ocasião, a companhia norte-americana afirmou que a fábrica adquirida possuía capacidade para produzir 8 mil toneladas mensais de ração.

Fonte : O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data : 12/02/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

ANP DÁ MAIS PRAZO PARA EXPLORAÇÃO DE BLOCOS NA FOZ DO AMAZONAS

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) deu mais um ano e dois meses e meio (437 dias) de prazo para o primeiro período exploratório de blocos na Foz do Amazonas, que passam a ser operados pela Petrobras no lugar da Total, depois de a petrolífera francesa ter renunciado à operação dos ativos no ano passado.

Ainda como operadora, a Total havia pedido à ANP que suspendesse os contratos de concessão dos blocos FZA-M-57_R11, FZA-M-88_R11, FZA-M-127_R11, FZA-M-86 e FZA-M-125_R11, adquiridos pela Total (40%), Petrobras (30%) e bp (30%) na 11ª Rodada de Licitações, em 2013, até que fosse obtido o licenciamento ambiental, processo que está sendo avaliado pelo Ibama.

No caso de ser negada a suspensão dos contratos, a companhia solicitou que o prazo do primeiro período exploratório, que acabaria em maio deste ano, fosse prorrogado por 466 dias, tempo calculado pela empresa para o atraso do licenciamento.

A Total já havia aderido com os mesmos blocos à extensão de nove meses concedida pela agência aos contratos de concessão por conta da pandemia da covid-19.

A ANP negou a suspensão dos contratos, considerando que um novo processo de licenciamento foi iniciado em setembro de 2020, e, portanto, está dentro do previsto. Foi concedido, no entanto, maior prazo para o primeiro período de exploração da área, que enfrenta grande resistência de ambientalistas por ser uma região sensível, não apenas para a fauna, como para corais e manguezais.

O primeiro período exploratório poderá ser estendido até setembro de 2022, informou a ANP. O prazo do segundo período exploratório, programado para maio de 2024, não foi alterado.

Em seu voto, o diretor substituto Marcelo Castilho, destacou a importância da continuidade da exploração da Foz do Amazonas para conhecer melhor a região, visto que vizinho a esses blocos já existem expressivas descobertas feita pela Guiana.

“A Guiana já conta com 18 descobertas que podem mudar a economia daquele país. Nosso potencial é imenso e precisa ser desvendado”, disse Castilho durante a reunião de diretoria que decidiu pela prorrogação.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 12/02/2021

PACHECO DIZ QUE VACINA E AUXÍLIO DEIXAM DE SER PRIORIDADE QUANDO PANDEMIA ACABAR

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse que é “fundamental” que haja uma cláusula de calamidade pública na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Pacto Federativo para “fazer a flexibilização necessária para que haja o auxílio emergencial no Brasil”.

A inclusão da cláusula e vinculação do auxílio a medidas de ajuste e de contenção de gastos é defendida pelo ministro Paulo Guedes como contrapartida a uma nova rodada do auxílio emergencial.

Pacheco disse ainda que o auxílio emergencial só deixará de ser prioridade quando a pandemia acabar. “A prioridade absoluta é a vacina e o auxílio emergencial, e só deixarão de ser prioridade quando a pandemia acabar. A expectativa é que tenhamos (parcelas do auxílio emergencial) em março, abril, maio e eventualmente junho”, completou.

Ele falou ao lado do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, que almoçaram juntos para discutir a nova rodada do auxílio emergencial.

Pacheco adiantou que as equipes trabalharão durante o Carnaval e que, na próxima quinta-feira, 18, submeterá ao colégio de líderes a proposta para viabilizar o pagamento do auxílio já em março. “Para que isso aconteça, é fundamental que o congresso faça sua parte e assim o faremos”, afirmou.

O ministro da economia disse ainda que a reunião “avançou bastante” com compromisso de vacinação em massa e auxílio emergencial, e o compromisso de um “novo marco fiscal” com a inclusão da cláusula de calamidade pública no Pacto Federativo.

“Avançamos bastante e estamos todos na mesma luta, vacina em massa, auxílio emergencial e reformas, particularmente essa do marco fiscal que garante que vamos enfrentar essa guerra sem comprometer futuras gerações. Temos senso de responsabilidade fiscal”, completou.

Lira também disse que há expectativa de retorno dos dispositivos inerentes às dificuldades trazidas pela pandemia. “A pauta é rápida e compromisso com reformas é nosso esforço”, completou.

Pacheco reforçou que há um compromisso do Congresso Nacional com a votação da reforma tributária em 2021 e que a Câmara dos Deputados seguirá com a tramitação da reforma administrativa, assim como o Senado com as PECs fiscais.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro
Data : 12/02/2021

MOURÃO: MUDANÇA NA COBRANÇA DO ICMS SOBRE COMBUSTÍVEL SERÁ DECIDIDA NO CONGRESSO

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão, reforçou nesta sexta-feira, 12, que mudanças na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis serão decididas no Congresso Nacional. A ideia estudada pelo governo é enviar um projeto de lei que fixe o preço do imposto e determine a cobrança nas refinarias.

Mourão ressaltou que a mudança “mexe com interesse dos Estados” e, por isso, precisa ser decidida pelo parlamento.

“Vai ter que ser decidido dentro do Congresso. É lei, vai ser decidido lá dentro. Mexe com o interesse dos Estados”, disse o vice-presidente na chegada ao Planalto no período da manhã.

Alvo de pressões por conta do reajuste no preço dos combustíveis, o presidente Jair Bolsonaro disse na quinta que também deseja reduzir o PIS/Cofins, mas está em uma “queda de braço” com a equipe econômica sobre o assunto.



“O presidente está buscando uma solução para o preço do combustível. Todo mundo que enche o tanque do carro sabe que o preço está um pouco salgado”, comentou Mourão.

O vice-presidente afirmou que o custo mais alto dos combustíveis está atrelado aos “preços internacionais que se recuperaram” e à “desvalorização da moeda”.

“O dólar aumentou e há esse aumento do combustível”, disse ele.

Mourão também reiterou que possíveis interferências na política de preços da Petrobras estão descartadas. “O presidente Bolsonaro já deixou muito claro que não vai interferir e não pode interferir. Já tivemos isso no passado e a Petrobras arcou com um prejuízo enorme”, declarou.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 12/02/2021

GUEDES: REFORMA MAIS IMPORTANTE DEPOIS DA PREVIDÊNCIA É PACTO FEDERATIVO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a afirmar nesta quinta-feira, 11, que a reforma mais importante, depois da Previdência, é o Pacto Federativo. Então, disse ele, a prioridade é a PEC referente a ela, que já em tramitação no Congresso. O texto tem um protocolo de crise, reforçado agora pela cláusula de calamidade pública.

“Essa PEC de guerra, em vez de ser simplesmente um cheque em branco, está agora dentro do contexto de um novo marco fiscal robusto”, disse o ministro durante a live do BTG Pactual “Mansueto Almeida Entrevista”.

De acordo com ele, o governo já fez no ano passado o sacrifício e que por isso não há problemas para o governo. Trata-se de um protocolo para crises futuras ou se a crise atual durar mais um ano, um ano e meio.

“Se a crise durar mais três ou quatro meses não haverá problemas porque já fizemos o sacrifício, já travamos salários. Na verdade, estamos agora num intervalo de transição entre um estado de calamidade pública que se exauriu em 31 de dezembro e um outro que será apenas uma cláusula de um evento futuro”, disse.

E neste intervalo de transição, segundo o ministro, o governo terá condições de criar uma ponte de três a quatro meses de auxílio emergencial, mas embalado pela aprovação do Pacto Federativo.

“Se daqui a três, quatro, cinco, seis meses a crise continuar, aí sim você decreta um novo estado de calamidade pública. Caso contrário não. Nós só botamos essa camada de auxílio emergencial de três ou quatro meses esperando a vacinação em massa”, disse Guedes, acrescentando que, na medida em que a população for sendo vacinada e voltando seguramente para seus trabalhos, o auxílio voltaria a aterrissar no Bolsa Família.

O ministro disse ainda que tem outros programas sendo feitos sem custo fiscal. Ele citou a chamada Carteira Verde-Amarela e o plano de usar o seguro-desemprego para permitir a manutenção do emprego. “Tem várias coisas que vamos soltar nos próximos dias que vão mostrar que estamos num curso virtuoso”, prometeu.

Guedes também disse que a iniciativa privada pode ficar tranquila porque o governo não vai “de forma alguma” aumentar impostos. Ele disse que o atual governo é liberal e que, em vez de elevar a carga tributária, prefere cortar gastos.

Tributária

Guedes cobrou a aprovação da reforma tributária ainda este ano pelo Congresso. “A reforma tributária tem de sair este ano. Apenas ela tem um horizonte mais longo porque é mais complexa, envolve os vários entes da federativos. É uma conversa um pouco mais difícil e nós temos os nossos parâmetros. Por exemplo, não vamos aumentar impostos”, disse.

Guedes disse ainda que o governo pode colocar impostos para quem não paga. “Por exemplo, dividendos hoje não pagam. Há também muitas isenções de fundos etc. Então isso a gente vai cortar, mas nós compensamos também derrubando os impostos das empresas”, disse.

Segundo o ministro, o Brasil tributa as empresas em quase 40% enquanto a média mundial dos impostos corporativos caíram para a faixa de 20%.

“E 20% é o quinto dos infernos. É onde o nosso herói nacional Tiradentes se revoltou contra os portugueses quando os impostos chegaram aos 20%”, disse acrescentando que o Brasil dobrou a carga tributária nos últimos 40 anos, de 18% para quase 40%.

De acordo com o ministro, o governo atual gostaria de reduzir a carga tributária. “De uma coisa o setor privado pode ter certeza; nós não vamos aumentar a carga tributária. Se um imposto subir é porque caiu quatro ou cinco do outro lado. E se a arrecadação aumentar, nós reduzimos a alíquota”, afirmou, acrescentando que é um erro aumentar imposto em meio a uma depressão.

Fonte : IstoÉ- Dinheiro

Data : 12/02/2021



EXTRA ONLINE

BOLSONARO INSISTE EM REDUZIR PIS/COFINS DE COMBUSTÍVEIS

Bolsonaro disse estar numa queda de braço com o Ministério da Economia para conseguir reduzir a cobrança

O presidente Jair Bolsonaro disse que o governo pretende fechar até esta sexta, 12, uma proposta que permita a redução do PIS/Cofins sobre combustíveis. Segundo o presidente, o projeto está pronto, mas ainda precisa do aval do Ministério da Economia que, de acordo com Bolsonaro, “atrasou” sua análise.

Ele disse estar numa queda de braço com a pasta para conseguir reduzir a cobrança, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite que isso seja feito sem que haja aumento de outro imposto ou corte de gastos na mesma proporção. “Pode ser que exista cláusula de excepcionalidade para isso”, disse, em sua live semanal.

Bolsonaro já ressaltou que cada centavo de redução no PIS/Cofins sobre o diesel teria impacto de R\$ 800 milhões nos cofres públicos. Como mostrou o Estadão, estão em estudo limitar a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de carros com valor mais alto, como SUVs, para pessoas com deficiência e acabar com renúncias tributárias para o setor petroquímico. As duas medidas podem garantir receita de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos.

O presidente repetiu também que o governo deve propor uma lei para impedir a bitributação sobre combustíveis e mudar a base de cálculo sobre a qual incide o ICMS, um imposto estadual. Ele disse que a ideia é que a alíquota de ICMS incida sobre o preço dos combustíveis nas refinarias (e não nas bombas, como é hoje), ou que tenha um preço fixo sobre o litro (atualmente, é um porcentual sobre o preço final)- a exemplo do PIS/Cofins, um imposto federal. Segundo ele, os governadores não vão perder receita.

Na semana passada, os secretários estaduais de Fazenda rejeitaram mudanças no fórmula de cálculo do ICMS.

Fonte : *Extra Online*

Data : 12/02/2021

AUXÍLIO EMERGENCIAL: GOVERNO E CONGRESSO CHEGAM A ACORDO POR MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL PARA RETOMADA DO PAGAMENTO

Por *Julia Lindner e Manoel Ventura*



https://extra.globo.com/incoming/2488105-2-7ce-3ec/w640h360-PROP/x89145138_brazils-economy-minister-paulo-quedes-gestures-next-to-brazilian-federal-deputy-arthur-lir.pagespeed.ic.jswxovyr_b.jpg

O ministro da Economia, Paulo Guedes, à direita, é observado pelo atual presidente da Câmara, Arthur Lira Foto: Adriano Machado/11-8-2020 / Reuters

O governo e a cúpula do Congresso Nacional fecharam, nesta sexta-feira, um acordo para destravar a prorrogação do

auxílio emergencial. Após uma reunião, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmaram que o benefício será viabilizado por meio de uma "cláusula de calamidade" a ser incluída em medidas de ajuste fiscal defendidas pela equipe econômica.

— É fundamental que haja cláusula de calamidade pública para que possamos fazer flexibilização necessária para o auxílio — disse Pacheco, em pronunciamento à imprensa.

O parlamentar disse ainda que o auxílio emergencial e a vacinação só deixarão de ser prioridades após o fim da pandemia de Covid-19.

— Nessa reunião externamos ao ministro Guedes e ao ministro Ramos (Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo) o que é o desejo e expectativa do Congresso em relação a esse momento. A prioridade absoluta é vacina e auxílio emergencial, que só deixarão de ser prioridade quando a pandemia acabar.

Guedes tem cobrado do Congresso a aprovação de medidas de corte de gastos como compensação para uma nova rodada do auxílio emergencial. Nesta quinta-feira, ele indicou que o programa pode durar até quatro meses com uma mensalidade de R\$ 250.

Pacheco disse ser "fundamental" que o Congresso também faça sua parte e há um cronograma de reformas, citando como exemplo a reforma tributária. Ele afirmou que a expectativa é que o auxílio seja pago a partir de março.

— Há uma expectativa do Congresso, que é da sociedade, de que seja aprovado o auxílio. Que seja um auxílio suficiente para alcançar o maior número de pessoas com a responsabilidade fiscal que é preciso ter no Brasil. A expectativa é que possamos ter (o auxílio) no mês de março, abril, maio e eventualmente no mês de junho — disse o presidente do Senado.

A "cláusula de guerra" que permitirá ao governo gastar mais durante a pandemia em 2021 e abrirá caminho para o auxílio emergencial deve ser inserida no Pacto Federativo, proposta por meio da qual Guedes pretende fazer um ajuste fiscal com corte de gastos.

Pacheco disse que irá submeter o assunto à reunião de líderes da próxima quinta-feira, além de conversar com o relator da proposta, o senador Márcio Bittar (MDB-AC).

Já o presidente da Câmara afirmou que o Congresso irá cumprir uma “agenda básica, mínima” após o carnaval.

— Há uma perspectiva de retorno de alguns dispositivos que são inerentes a momentos de dificuldade, e o mais rápido possível para que tenhamos tranquilidade no Brasil de enfrentar o problema da vacinação — disse Lira.

O ministro Paulo Guedes reforçou a necessidade de corte de ajuste fiscal.

— Avançamos bastante exatamente no que foi dito aqui, o compromisso com a saúde, com vacinação e auxílio, e com a responsabilidade fiscal, o novo marco fiscal que representa o Pacto Federativo com essa cláusula de guerra. Vacina em massa, auxílio emergencial o mais rápido o possível e reformas. Nós temos o senso de responsabilidade fiscal — disse Guedes.

Fonte : Extra Online

Data : 12/02/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

BOLSONARO FALA EM “QUEDA DE BRAÇO” COM ECONOMIA PARA DESONERAR DIESEL

Por epbr - 12 de fevereiro de 2021 - Em Newsletter Comece seu Dia

Quem faz *Editada por Gustavo Gaudarde*
gustavo.gaudarde@epbr.com.br

em jogo

O presidente Jair Bolsonaro não conseguiu vencer a “queda de braço” com o Ministério da Economia para desonerar o óleo diesel de impostos federais. Na transmissão da semana, chegou a levantar a possibilidade de reduzir os impostos com base em uma “cláusula de excepcionalidade”.

— O presidente está desde a semana passada prometendo a desoneração do diesel, sem detalhar a proposta. Diz que a dificuldade é compensar a perda de arrecadação.

— “Toda vez que se fala em reduzir a maioria dos impostos, você tem que ou majorar outros tributos, ou criar um novo. Estamos tratando disso porque pode ser que exista uma cláusula de excepcionalidade para isso. Estamos na pandemia, a crise está aí. No que depender de mim, quero reduzir PIS/Cofins, num primeiro momento, para o diesel”, disse.

— Também prometeu para esta sexta (12) o projeto para alterar a forma de cobrança do ICMS do diesel. “Queremos que o Confaz [Conselho Nacional de Política Fazendária] decida qual o percentual vai incidir em cima do litro dos combustíveis ou um valor fixo real que vai constar para cada litro de combustível a título de ICMS”, disse. UOL, com Estadão Conteúdo e Reuters

— Na semana passada, Bolsonaro anunciou essa proposta antiga para ICMS de combustíveis, mesmo sem saber se a medida é legal.

— O presidente também vem reclamando que a nota fiscal nos postos de combustíveis não deixa claro qual o peso da tributação federal, da parcela dos estados e a qual a margem das empresas.



— Hoje publicou uma mensagem em que diz: “um pedido a você para hoje: abasteça seu carro, ou caminhão, com R\$ 100,00 (para facilitar os cálculos de impostos) e observei a nota fiscal”

— Ontem, o presidente reclamou do “mercado”, que, segundo ele, está “irritadinho”.

— “O pessoal do mercado, qualquer coisa que se fala... Vocês ficam irritadinhos na ponta da linha, né? Sobe dólar, cai a bolsa. Pessoal, se o Brasil não tiver um rumo, todo mundo vai perder. Vocês também. Então vamos deixar de ser irritadinhos, porque não vai levar a lugar nenhum”, afirmou.

Petróleo cai após oito altas seguidas. Os preços do petróleo caíram pela primeira vez em nove dias, após uma alta que muitos analistas disseram ter sido exagerada. Mas a queda nessa quinta (11/2), de menos de 1%, mal foi compatível com o ganho de 12% nas últimas oito sessões, sugerindo que o mercado pode ter mais a perder depois de esgotar seu ímpeto de alta.

— O Brent fechou em baixa de US\$ 0,33 (-0,5%), a US\$ 61,14 o barril, após bater uma máxima de 13 meses em US\$ 61,69 na sessão anterior. O Brent ganhou 10,7% em relação às nove sessões anteriores, seu aumento mais longo também desde janeiro de 2019.

— Já o WTI caiu US\$ 0,44 (-0,8%), a US\$ 58,24 o barril. O contrato havia ganhado 12,4% em oito dias anteriormente, chegando a US\$ 59,81, o maior valor desde janeiro de 2020, na quarta (10/2). A última vez que o WTI teve uma sequência de vitórias tão longa foi em janeiro de 2019.

— A maratona de rali de petróleo foi desencadeada e sustentada por uma combinação de fatores. Começou com o avanço de novembro de vacinas para a covid-19, seguido pelo anúncio do líder da OPEP, Arábia Saudita, de cortes de produção mais profundos em janeiro; compra de petróleo vinculada ao índice de commodities; quedas semanais consideráveis nos estoques de petróleo dos EUA; e esperanças de estímulo econômico da administração de Joe Biden. Investing.com

Vazamento em plataforma da Trident Energy. A Trident Energy confirmou que, na madrugada de quinta (11), ocorreu um vazamento de água oleosa na Plataforma Central de Enchova 1 (PCE-1), na Bacia de Campos. As informações também foram publicadas pela Federação Única dos Petroleiros (FUP).

— É o segundo vazamento registrados este ano em instalações da companhia – em janeiro, houve vazamento na plataforma P-65, no campo de Pampo. A ANP chegou a interditar quatro plataformas da empresa – a PCE-1 e a P-65, além da P-8 e a PPM-1 – por riscos operacionais.

— A empresa conseguiu reverter a interdição, mediante compromissos com a ANP. Os problemas de integridade das plataformas eram conhecidos antes da transferência da operação dos campos, que foram todos comprados da Petrobras.

— A Trident comprou os campos maduros de Pampo, Badejo, Linguado e Trilha (Polo Pampo) e Bicudo, Marimbá, Piraúna, Bonito, Enchova e Enchova Oeste (Polo Enchova), todos da Petrobras. Ao longo de 2020, assumiu a operação e conseguiu a extensão dos contratos de concessão, que passaram a vencer pós-2040.

Venda da RLAM. A Petrobras informou que “as datas de assinatura dos contratos de compra e venda e da sua efetiva transferência para os compradores (respectivamente signing e closing) são meras estimativas internas sujeitas a riscos não desprezíveis de alterações”.

— A empresa lançou o comunicado após especulações sobre a assinatura do contrato de venda da RLAM. A Petrobras ainda reforçou que o fechamento do negócio depende “de aprovações externas como a do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e demais órgãos reguladores”.

— A Federação Única dos Petroleiros (FUP) confirmou que os trabalhadores da RLAM vão iniciar uma greve por tempo indeterminado na próxima quinta (18).

— Em apoio à greve na Bahia, sindicatos de outros estados promoverão mobilizações, com atrasos nas bases operacionais das suas áreas de atuação no dia 18, no início da mobilização. Isto é Dinheiro, com Agência Estado

Multa recorde por apagão no Amapá. A Aneel multou a concessionária Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE) em R\$ 3,6 milhões pelo apagão que deixou o Amapá às escuras no fim de 2020. A multa representa 3,54% da receita operacional líquida (ROL) da concessionária, informou a agência nessa quinta (11).

— “Em termos percentuais é a maior multa aplicada pela agência. A transmissora ainda pode recorrer da decisão para diretoria da Aneel no prazo de 10 dias a contar do recebimento do auto de infração”, diz a nota.

— O apagão foi causado pela explosão, em 4 de novembro de 2020, na subestação Macapá 2, localizada na capital e vital para o suprimento do estado. O Amapá possui usinas geradoras e está conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) de transmissão de energia, mas praticamente todo o circuito depende da subestação afetada. epbr

Aneel rejeita pedidos da Renova. A Renova Energia, que tem a Cemig como principal acionista e está em recuperação judicial, teve rejeitados pedidos para o registro de 5,5 GW em novos projetos junto à Aneel.

— A agência negou registros de requerimento de outorga (DROs) justamente devido à situação financeira da Renova. A Aneel alegou que dificilmente a empresa conseguiria viabilizar os empreendimentos, enquanto poderia atrapalhar o avanço de outros projetos próximos de seus parques.

— A decisão da Aneel deve impedir que a Renova consiga gerar recursos com a venda dos projetos, que, mesmo em fase inicial, poderiam despertar interesse no mercado devido a uma atual “corrida” por ativos de geração renovável que já possuam outorga ou estejam próximos, disse o especialista Pedro Dante, sócio do Lefosse Advogados. Investing.com, com Reuters

Privatização da Celg-GT. O governo de Goiás, controlador da CelgPar, aprovou em assembleia de acionistas nessa quinta (11/2) a continuidade do processo de privatização da Celg-GT, que tem ativos de geração e transmissão. A privatização deverá ocorrer por meio de leilão na B3.

— O governo de Goiás encomendou avaliações econômico-financeiras da companhia que indicaram um valor consolidado de R\$ 1,53 bilhão para a Celg-GT.

— A Celg-D foi negociada em leilão realizado em novembro de 2016 e adquirida pela italiana Enel, por R\$ 2,187 bilhões. Investing.com, com Reuters

Fonte : Agência EPBR de Notícias

Data : 12/02/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

AUXÍLIO EMERGENCIAL: GOVERNO E CONGRESSO CHEGAM A ACORDO POR MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL PARA RETOMADA DO PAGAMENTO

Novos repasses serão destravados por meio de 'cláusula de calamidade' em proposta de controle de contas públicas

Por Júlia Lindner e Manoel Ventura



<https://ogimg.infoglobo.com.br/in/24881091-6da-1c6/FT1086A/652/xLira-Pacheco-e-Guedes.jpg.pagespeed.ic.JiW1V6Y63r.jpg>

O ministro da Secretaria de Governo, Eduardo Ramos, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o ministro da Economia, Paulo Guedes, falam sobre a prorrogação do auxílio emergencial Foto: Luis Macedo / Câmara dos Deputados

BRASÍLIA — O governo e a cúpula do Congresso Nacional fecharam, nesta sexta-feira, um acordo para destravar a prorrogação do auxílio emergencial. Após uma reunião, o ministro da Economia, Paulo Guedes, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmaram que o benefício será viabilizado por meio de uma "cláusula de calamidade" a ser incluída em medidas de ajuste fiscal defendidas pela equipe econômica.

— É fundamental que haja cláusula de calamidade pública para que possamos fazer flexibilização necessária para o auxílio — disse Pacheco, em pronunciamento à imprensa.

O parlamentar disse ainda que o auxílio emergencial e a vacinação só deixarão de ser prioridades após o fim da pandemia de Covid-19.

— Nessa reunião externamos ao ministro Guedes e ao ministro Ramos (Eduardo Ramos, ministro da Secretaria de Governo) o que é o desejo e expectativa do Congresso em relação a esse momento. A prioridade absoluta é vacina e auxílio emergencial, que só deixarão de ser prioridade quando a pandemia acabar.

Guedes tem cobrado do Congresso a aprovação de medidas de corte de gastos como compensação para uma nova rodada do auxílio emergencial. Nesta quinta-feira, ele indicou que o programa pode durar até quatro meses com uma mensalidade de R\$ 250.

Pacheco disse ser "fundamental" que o Congresso também faça sua parte e há um cronograma de reformas, citando como exemplo a reforma tributária. Ele afirmou que a expectativa é que o auxílio seja pago a partir de março.

— Há uma expectativa do Congresso, que é da sociedade, de que seja aprovado o auxílio. Que seja um auxílio suficiente para alcançar o maior número de pessoas com a responsabilidade fiscal que é preciso ter no Brasil. A expectativa é que possamos ter (o auxílio) no mês de março, abril, maio e eventualmente no mês de junho — disse o presidente do Senado.

A "cláusula de guerra" que permitirá ao governo gastar mais durante a pandemia em 2021 e abrirá caminho para o auxílio emergencial deve ser inserida no Pacto Federativo, proposta por meio da qual Guedes pretende fazer um ajuste fiscal com corte de gastos.

Pacheco disse que irá submeter o assunto à reunião de líderes da próxima quinta-feira, além de conversar com o relator da proposta, o senador Márcio Bittar (MDB-AC).

Já o presidente da Câmara afirmou que o Congresso irá cumprir uma "agenda básica, mínima" após o carnaval.

— Há uma perspectiva de retorno de alguns dispositivos que são inerentes a momentos de dificuldade, e o mais rápido possível para que tenhamos tranquilidade no Brasil de enfrentar o problema da vacinação — disse Lira.

O ministro Paulo Guedes reforçou a necessidade de corte de ajuste fiscal.

— Avançamos bastante exatamente no que foi dito aqui, o compromisso com a saúde, com vacinação e auxílio, e com a responsabilidade fiscal, o novo marco fiscal que representa o Pacto Federativo com essa cláusula de guerra. Vacina em massa, auxílio emergencial o mais rápido o possível e reformas. Nós temos o senso de responsabilidade fiscal — disse Guedes.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 12/02/2021

PRESIDENTE DO BANCO DO BRASIL MINIMIZA DESGASTE COM BOLSONARO E AFIRMA QUE PROBLEMA FOI COMUNICAÇÃO

Bolsonaro ameaçou demitir André Brandão após anúncio de fechamento de agências e redução de funcionários

Por João Sorima Neto



https://ogimgq.infoglobo.com.br/economia/24838360-811-a9f/FT1086A/652/x89184929_05-05-2015O-presidente-do-HSBC-Brasil-Andre-Guilherme-Brandao-participa-de-audiencia-publ.jpg.pagespeed.ic.FP6CSXV1ot.jpg

Presidente do BB, André Brandão, afirmou que problema com presidente foi de comunicação Foto: Marcelo Camargo / Agência Brasil

SÃO PAULO —O presidente do Banco do Brasil, André Brandão, minimizou as críticas do presidente Jair Bolsonaro ao programa de demissões do banco e o fechamento de agências e afirmou que o problema foi de comunicação. O presidente teria decidido demitir Brandão após não ter sido informado dos planos do banco de fechar pelo menos 112 agências físicas e enxugar o quadro de funcionários em 5 mil funcionários este ano.

O comunicado foi considerado inoportuno por Bolsonaro, já que o governo negociava apoio de parlamentares no Congresso para eleger os presidentes da Câmara e do senado apoiados por ele.

— O principal problema foi a comunicação. Divulgamos a informação através de fato relevante, inclusive do fechamento de agências. Não deu tempo de conversar com o presidente, deputados, governadores, prefeitos. E é muito razoável que eles estejam preocupados. Mas de forma nenhuma vamos desassistir municípios ou estados —disse Brandão durante teleconferência com jornalistas para apresentação dos resultados do quarto trimestre do banco.

O presidente do BB disse que ainda não falou diretamente com Bolsonaro após o desgaste público. Mas ele disse que, assim que a agenda do presidente permitir, pretende explicar com calma as medidas de eficiência que está implementando no banco. Brandão observou que o fechamento de agências físicas é uma tendência mundial do sistema bancário.

— A comunicação já está acontecendo. Não consegui conversar diretamente com o presidente Bolsonaro ainda, mas acredito que ele entendeu. Com calma, vamos explicar a agenda de eficiência do banco, quando isso for possível. Temos que melhorar a comunicação - disse.

Ele disse que o critério de fechamento de agências foi identificar com localidades que tinham baixa transacionalidade ou retorno mais baixo. Ele disse que trata-se de uma 'reorganização institucional' e não apenas de fechamento de agências.

Embora a expectativa fosse que o banco revisse o plano, na apresentação dos resultados ele foi mantido.

O Banco do Brasil pretende reduzir cerca de R\$ 3 bilhões em despesas por ano, implementando medidas de eficiência. A instituição pretende economizar R\$ 10 bilhões até 2025. O plano de demissão voluntária do banco prevê o desligamento de 5.533 funcionários este ano.

O BB lucrou R\$ 3,7 bilhões no quarto trimestre do ano passado, uma queda de 20,1% na comparação com o mesmo período de 2019. Em relação ao terceiro trimestre, houve aumento de 6,1% no lucro. A instituição terminou 2020 com queda de 22,2% no lucro acumulado, que totalizou R\$ 13,9 bilhões.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 12/02/2021

APAGÃO NO AMAPÁ: ANEEL MULTA EM R\$ 3,6 MILHÕES TRANSMISSORA DE ENERGIA QUE DEIXOU ESTADO ÀS ESCURAS

Concessionária responsável pelo transformador incendiado em novembro de 2020 informou que irá recorrer da decisão

Por Manoel Ventura



<https://ogimg.infoglobo.com.br/economia/24732371-11c-123/FT1086A/652/x202011051515097739.jpg-G6K4N42FR.1.jpg.pagespeed.ic.QjxCyZlZDI.jpg>

Incêndio que atingiu subestação de energia durante chuva na Zona Norte de Macapá Foto: Arquivo

BRASÍLIA — A fiscalização da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aplicou uma multa de R\$ 3,6 milhões à empresa responsável pela subestação de energia que falhou em Macapá, em novembro, causando um apagão que atingiu 13 das 16 cidades do Amapá. A crise da energia

durou 22 dias.

A subestação que pegou fogo é administrada pela Linhas de Macapá Transmissora de Energia (LMTE), subsidiária da Gemini Energy. A empresa informou que vai recorrer da decisão à diretoria colegiada da Aneel.

A multa representa 3,54% do valor da receita operacional líquida da concessionária, de acordo com a Aneel. “Em termos percentuais é a maior multa aplicada pela agência”, informou o órgão.

A crise no abastecimento de energia no estado começou após um incêndio atingir a única subestação que liga o Amapá ao sistema nacional de energia elétrica. Dois dos três transformadores da instalação foram afetados. Um terceiro transformador, que poderia servir de reserva, estava parado para manutenção há cerca de um ano.

A situação só se normalizou após 22 dias, com a chegada de novos transformadores. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) descreveu em relatório que encontrou uma série de falhas em usinas, na rede de distribuição e na subestação de Macapá.

A LMTE disse, em nota, que as causas que levaram a “contingências múltiplas” na subestação ainda estão sendo apuradas.

“Já se sabe, contudo, que um conjunto de fatores levou à perturbação do sistema de eletricidade do Amapá, entre eles falta de redundância, falta de planejamento setorial, falta de sistema especial de proteção (SEP), que deveria estar previsto no projeto original, conforme recentemente recomendado no Relatório de Análise e Perturbações (RAP) do ONS”, diz a nota.

Fonte : O Globo - RJ

Data : 12/02/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

COM AVAL DA ANP, PETROBRÁS ASSUME BLOCOS PARA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO NA FOZ DO RIO AMAZONAS

Poços estavam com a companhia francesa Total, que não conseguiu avançar com o processo de licenciamento ambiental

Por André Borges, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou a transferência de cinco blocos de petróleo localizados na foz do Rio Amazonas para a Petrobrás. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União. Até então, os blocos estavam nas mãos da companhia francesa Total.

O ato da ANP formaliza um anúncio feito em setembro do ano passado, quando a petroleira francesa comunicou o acordo para transferir sua participação nos blocos exploratórios para a Petrobrás. A decisão ocorreu após a empresa não conseguir avançar com o processo de licenciamento ambiental dos blocos, que estão localizados em uma das áreas mais sensíveis da região e extrema riqueza ambiental.

As áreas foram leiloadas em 2013, arrematadas em um leilão pelo consórcio formado entre a Total e a britânica BP. A licença ambiental para exploração dos blocos, no entanto, nunca foi alcançada pelas companhias. Em 2018, o Ibama rejeitou, pela quarta vez, um pedido da Total para iniciar a perfuração na bacia.

À época, a Petrobrás afirmou, em comunicado, que entrou em acordo com a Total para assumir “a operação e a integralidade das participações” da empresa nos blocos. Os poços estão localizados a 120 quilômetros da costa do Amapá, em águas ultraprofundas.

Nos cálculos de geólogos, haveria até 14 bilhões de barris de petróleo, o que supera as reservas provadas do Golfo do México. A Petrobrás declarou, à época, que a área é uma “fronteira exploratória de alto potencial”.

A reação internacional ao projeto, no entanto, alerta para os riscos ambientais dessa exploração. O Greenpeace chegou a contratar pesquisadores especialistas para examinar os riscos das atividades. A organização alertou para impactos como perturbação ao bem-estar de animais como baleias, golfinhos, tartarugas e peixes-boi, risco de contaminação de um dos maiores manguezais do mundo e devastação dos corais da Amazônia, antes mesmo de a ciência conhecer bem esse ecossistema.

Agora, com a Petrobrás à frente do empreendimento, ambientalistas temem que haja maior pressão pela liberação dos blocos. Em 2018, a então presidente do Ibama, Suely Araújo, negou o pedido de licença da Total, e destacou “pendências graves” nos estudos, como o não atendimento integral de procedimentos a serem adotados em caso de incidente na perfuração.

“Em uma situação dessas, em poucas horas o óleo vazado sairá do território nacional e não está garantida continuidade de atuação de resposta nos países vizinhos”, afirmou Suely, que hoje é especialista sênior de políticas públicas do Observatório do Clima. “Na perspectiva da política ambiental, é inaceitável tratar a atuação na resposta a eventuais acidentes envolvendo vazamento de óleo em alto mar como se eles finalizassem na divisa do território brasileiro, quando não se tem dúvida de que, na sua ocorrência, pelo menos um país vizinho será atingido.”

As análises apontaram ainda que a caracterização das etapas do processo de perfuração não estava em conformidade com as regras, que não havia Plano de Gerenciamento de Resíduos da Atividade de Perfuração e que não foi possível identificar quais medidas seriam efetivamente implementadas

quanto ao Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas, ou seja, aquelas que não são naturais da região.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 12/02/2021

IPO DA CSN MINERAÇÃO MOVIMENTA R\$ 5,2 BILHÕES

Dono de 90% da unidade, grupo de Benjamin Steinbruch vai embolsar R\$ 3,6 bilhões e usará recursos reduzir dívida da siderúrgica

Por Fernanda Guimarães, O Estado de S.Paulo

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de Benjamin Steinbruch, concluiu a abertura de capital de sua unidade de mineração, que movimentou cerca de R\$ 5,2 bilhões. Desse total, R\$ 3,6 bilhões vão ao caixa da controladora, que foi vendedora de parte de suas ações na operação, apurou o Estadão.

Tais recursos, conforme prometeu a CSN a investidores e credores, serão utilizados para a redução da sua dívida, hoje acima de R\$ 30 bilhões. A estreia da ação da CSN Mineração na B3, um dos lançamentos mais aguardados no mercado acionário e promessa de abertura de capital há mais de uma década, será na próxima quinta-feira, dia 18. A empresa chega avaliada na bolsa brasileira em R\$ 47,5 bilhões.

A ação da CSN Mineração foi precificada em R\$ 8,50, no piso da faixa indicativa de preço, que ia até R\$ 11,35, conforme fontes. A favor da oferta, comentaram fontes que acompanharam o processo, estava o fato de o preço do minério de ferro estar no pico, em função da menor produção - provocada pelas restrições impostas pela pandemia e pelo fato de a Vale ainda estar tentando recuperar seus volumes, perdidos após a tragédia de Brumadinho (MG).

Do total vendido no IPO, 70% das ações foram para investidores estrangeiros, conforme apurou o Estadão. Steinbruch - ao lado de sua filha Victoria, que deve ser a sucessora do pai na gigante brasileira do aço - acompanhou de perto todo o processo do IPO da unidade de mineração.

Pressão de endividamento

O IPO da subsidiária tira uma pressão de anos que recai sob a CSN, por conta de seu endividamento. Depois de promessas de vendas de ativos que ao longo dos anos não foram cumpridas, Steinbruch coloca uma pedra sobre o assunto ao demonstrar ao mercado que está focado em reduzir a dívida da siderúrgica.

Por conta da demora, o mercado seguia descrente de que Steinbruch faria algum desinvestimento, mas o executivo seguiu em frente com seus planos, mesmo reduzindo o preço pretendido após interação inicial com investidores. No princípio, o valor almejado para a avaliação da companhia era acima de R\$ 60 bilhões.

A venda de uma fatia da unidade de mineração como forma de angariar recursos com o objetivo de reduzir o nível do endividamento foi anunciada há alguns anos, juntamente com a possibilidade de o grupo se desfazer de outros ativos. A única operação que tinha sido realizada pela CSN, antes do IPO da unidade de mineração, foi a venda da fabricante de latas Metalic, há quase cinco anos. Agora, a empresa vai começar a preparar a estreia de mais uma subsidiária à Bolsa, a unidade de cimentos, operação para a qual já contratou o Bradesco BBI.

A CSN Mineração congrega duas minas: a Namisa e a famosa Casa de Pedra, produtora de um dos minérios de maior qualidade da região produtora. A companhia de Steinbruch possui quase 90% da CSN Mineração. Um consórcio asiático detém o restante. Além da CSN foram vendedores na oferta dois sócios asiáticos, a Posco e a Japão Brasil Minério de Ferro Participações (JBMF), mas seguem como acionistas. Após o IPO, a CSN tem agora participação de 76% na sua unidade de mineração.

Estratégia de expansão

Além da venda de ações dos acionistas, a CSN Mineração aproveitou a oferta para captar recursos de olho em sua estratégia de expansão. A oferta primária, ou seja, que levará os recursos para o caixa da CSN Mineração, somou R\$ 1 bilhão, apurou o Estadão.

Conforme o prospecto da oferta, a companhia pretende utilizar o recurso na execução de seus projetos de expansão, tais como o projeto Itabirito P15 e os Projetos de Recuperação de Rejeitos de Barragem Pires e Casa de Pedra. A projeção da companhia é que com seus projetos de expansão seja possível acrescentar uma produção de 103 milhões de toneladas por ano, com investimento estimado em R\$22,7 bilhões até 2033. Sua produção anual hoje é de 33 milhões de toneladas de minério de ferro.

“A CSN, apesar de estar em linha com os múltiplos operacionais das demais empresas do setor, possui projetos de crescimento significativos, que visam dobrar de tamanho até 2025 e triplicar até 2033. Nenhuma empresa do segmento possui projetos dessa magnitude, e se a empresa conseguir implementá-los, acreditamos que será excelente para a companhia e seus acionistas. No entanto, no passado, a empresa falhou em entregar um projeto de mesmo tamanho, o que nos fez considerar em nossa avaliação somente os projetos com licenças concedidas e com estágios de engenharia já em algum grau básico”, avaliaram os analistas Tasso Vasconcellos, Felipe Ruppenthal e Lucas Chaves, em relatório da Eleven Financial.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 12/02/2021

AO DEFENDER NOVA RODADA DE AUXÍLIO, MOURÃO DIZ QUE GOVERNO NÃO PODE 'SER ESCRAVO DO MERCADO'

Na quinta-feira, o presidente Jair Bolsonaro disse que representantes do mercado ficam "irritadinhos" com "qualquer coisa que fala"; a fala remete à preocupação de investidores com medidas que possam comprometer o teto de gastos

Por Emilly Behnke, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - Após o presidente Jair Bolsonaro demonstrar irritação com o mercado financeiro, o vice-presidente Hamilton Mourão disse nesta sexta-feira, 12, que o governo não pode ser "escravo do mercado". Sobre uma nova rodada do auxílio emergencial, ele disse que o chefe do Executivo é "obrigado a decidir" alguma forma de auxiliar a parcela da população mais prejudicada por causa da pandemia da covid-19.



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/9/5/1599187282659.jpg>

O vice-presidente da República, Hamilton Mourão Foto: Adriano Machado/Reuters

"Em linhas gerais, ou você faz empréstimo extraordinário, aí seria o tal do orçamento de guerra, ou corta dentro do nosso orçamento para atender as necessidades. Não tem outra linha de ação fora disso", disse na chegada à vice-presidência.

Questionado sobre como o mercado financeiro receberia a possibilidade de um novo orçamento de guerra, Mourão respondeu: "Minha gente, a gente não pode ser escravo do mercado. Tem que entender o seguinte, temos aí 40 milhões de brasileiros em uma situação difícil. A gente ainda continua com a pandemia".

Na quinta-feira, 11, durante transmissão ao vivo nas redes sociais, Bolsonaro disse que representantes do mercado ficam "irritadinhos" com "qualquer coisa que fala". A fala remete à preocupação de investidores com medidas em análise pelo governo, como a retomada do auxílio emergencial, que possam comprometer o teto de gastos e ser enquadradas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme o Estadão mostrou, governo e lideranças do Congresso avançaram nas negociações para a concessão de mais uma etapa do auxílio emergencial com valor de R\$ 250 em quatro parcelas, com custo total de cerca de R\$ 30 bilhões. O benefício deve começar a ser concedido em março com término em junho.

Já há entendimento político de que a concessão do auxílio terá de ser dada por meio da aprovação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) de orçamento de guerra, semelhante, mas não igual à aprovada em 2020. O orçamento de guerra permitiu que o governo ampliasse os gastos no combate à pandemia livre das "amarras" das regras fiscais. Agora, as medidas de contrapartidas de corte de despesas e de renúncias fiscais, cobradas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, serão divididas em duas etapas.

Segundo Mourão, dando aval ou não para novas parcelas do benefício, Bolsonaro será criticado. "Vamos lembrar, se ele disser que não vai auxiliar ele vai tomar pau, se diz que vai auxiliar, vai tomar pau também. É uma situação difícil e julgo que ele vai buscar a melhor solução", declarou. O presidente disse na quinta-feira que o benefício tem "pressa" e já deveria começar a ser pago a partir de março e por até quatro meses.

Na visão do vice-presidente, o País ainda deve levar três ou quatro meses para ter "uma produção de vacina capaz de começar um processo de imunização consistente". E, enquanto isso, o governo segue em busca de alternativas para atender a população. "O presidente é obrigado a decidir alguma forma de auxiliar essa gente", disse.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 12/02/2021

CUSTO BRASIL: 25 PROPOSTAS DA CNI PARA DESTRAVAR A ECONOMIA

Para a entidade da indústria, retomada do crescimento depende de reformas estruturais e da redução 'agressiva' dos entraves burocráticos, trabalhistas e econômicos

Por Sandra Manfrini, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A capacidade da economia brasileira de aumentar sua taxa de crescimento ainda é incerta, na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Essa expansão depende de reformas estruturais e redução "agressiva" do Custo Brasil, segundo a entidade. Em documento divulgado nesta sexta-feira, 12, a CNI lista 25 propostas para reduzir os principais componentes do Custo Brasil, que podem atrapalhar o crescimento do País, a geração de riqueza, renda e emprego.

"As incertezas continuam elevadas e a recuperação econômica não está consolidada. Ainda mais incerta é a capacidade da economia brasileira de aumentar sua taxa de crescimento, o que é essencial para o aumento do padrão de vida dos brasileiros", diz o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

A entidade ressalta que o Brasil não pode repetir o desempenho do passado recente, lembrando que, nos últimos 10 anos, o PIB registrou taxa de crescimento média anual de 1,3%. "O País precisa elevar sua taxa de crescimento para pelo menos 3% ao ano, em média, nos próximos 10 anos. E aumentar ainda mais na década seguinte. Só assim conseguiremos nos aproximar das economias desenvolvidas", destaca o documento da CNI, acrescentando que "já passou da hora de enfrentarmos os entraves ao aumento da competitividade".



<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/7/8/1612927655387.jpg>

Para a CNI, PIB tem de crescer pelo menos 3%, em média, nos próximos 10 anos. Foto: Taba Benedicto/Estadão

A expectativa da indústria é que medidas já em tramitação no Congresso possam ser aprovadas e implementadas o mais rapidamente possível.

O que é o Custo Brasil?

O Custo Brasil é um conjunto de fatores que comprometem a competitividade e a eficiência da economia nacional, incluindo entraves estruturais, burocráticos, trabalhistas e econômicos.

O documento da CNI divide as **25 propostas em oito temas**:

- tributação;
- política fiscal;
- meio ambiente;
- relações de trabalho;
- infraestrutura;
- inovação;
- comércio exterior;
- micro, pequenas e médias empresas.

"Temos certeza que, se implementadas, essas medidas vão promover o aumento da competitividade, estimular os investimentos e o crescimento da indústria e do Brasil", avalia Andrade.

No capítulo relativo à tributação, a entidade defende a aprovação da reforma tributária e substituição dos atuais tributos incidentes sobre o consumo (PIS/Cofins, ICMS, ISS e IPI) por um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA).

Propõe ainda a redução da alíquota do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da CSLL de 34% para 20%. Segundo o documento, a queda da arrecadação poderia ser compensada com a tributação de lucros e dividendos, conforme projeto de lei 2015/2019.

"Ter um sistema tributário eficiente é fundamental para a prosperidade econômica de um país. A política tributária ideal é aquela que preserva as condições de equilíbrio e competição dos mercados, requisito imprescindível para se estabelecer um ambiente de negócios competitivo e atrativo", diz o documento da CNI.

Com relação à política fiscal, a CNI defende a realização da reforma administrativa com foco no aumento da competitividade do setor público e enfrentamento da questão do crescimento constante das despesas com pessoal. "Após a reforma da Previdência, é preciso não apenas repensar a estrutura e o foco dos gastos sociais, mas promover uma reforma administrativa que enfrente a questão do crescimento constante das despesas com pessoal. Ao reduzir custos e elevar a eficiência do Estado, a reforma administrativa contribuirá para o reequilíbrio fiscal", destaca.

A entidade cita ainda a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 186, a PEC emergencial, que cria mecanismos de contenção de despesas pelos governos e aumenta os instrumentos disponíveis para a retomada do ajuste das contas públicas. A CNI ressalta que ainda são necessárias medidas adicionais de controle de gastos, principalmente de despesas obrigatórias.

Necessidade de estímulos

O documento tem um item, dedicado a programas de financiamento, em que a entidade destaca a necessidade de prolongar a vigência dos programas emergenciais, como o Pronampe (PL 4139/2020), e de aumentar o aporte de recursos do Tesouro Nacional quando necessário.

Propõe ainda que sejam estabelecidas entre as prioridades do BNDES a modernização do parque industrial em direção à Indústria 4.0 e a busca por alternativas financeiras para equalização de juros nas linhas do banco de fomento.

A CNI destaca ainda a necessidade de regulamentação do Sistema Nacional de Garantias de Crédito, para o desenvolvimento do mercado e para a ampliação do acesso das pequenas e médias empresas à captação de recursos.

E aponta a importância de aprovação do marco legal nacional para o licenciamento ambiental.

No item dedicado às relações de trabalho, a CNI defende a reedição do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), que permitiu a redução de jornada de trabalho e salário e de suspensão do contrato de trabalho. "O cenário de segunda onda de contágio, com aumento de pessoas infectadas, mortes e internações, faz com que persistam situações de fechamento de estabelecimentos ou restrições de funcionamento impostas pelo Poder Público, o que deixa mais crítica a situação de muitas empresas que não conseguiram normalizar suas atividades", destaca o documento.

Com relação à pauta de infraestrutura, as prioridades para a indústria são a aprovação da Nova Lei do Gás Natural, aprovação do projeto de lei do setor elétrico e do projeto de lei sobre a privatização da Eletrobrás. O documento cita ainda a aprovação do projeto que cria o Programa de Estímulo ao Transporte de Cabotagem (BR do Mar) e a realização do leilão do 5G, além do marco legal de startups.

A indústria pede a redução da burocracia e custos do comércio exterior com medidas como a conclusão da implantação do Portal Único de Comércio Exterior e eliminação do custo de capatazia do valor aduaneiro. Também defende a suspensão do processo de redução unilateral da Tarifa Externa Comum em discussão no Mercosul e recalibragem do projeto de abertura comercial, dando preferência à celebração de acordos comerciais.

Para micro, pequenas e médias empresas, a CNI pede a regulamentação da transação tributária de débitos do Simples Nacional e a instituição do marco legal de recuperação judicial das micro e pequenas empresas.

*Fonte : O Estado de São Paulo - SP
Data : 12/02/2021*

BRASIL BATE RECORDE COM 500 MIL UNIDADES DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR DISTRIBUÍDA

Nome é o que se dá aos sistemas instalados em telhados, fachadas de edifícios ou pequenos terrenos, por exemplo; desse total, 73,6% estão em residências

Por Denise Luna, O Estado de S.Paulo

RIO - O Brasil atingiu a marca de 500 mil unidades consumidoras de energia solar fotovoltaica distribuída (GD), que é o nome que se dá aos sistemas instalados em telhados, fachadas de edifícios ou pequenos terrenos, por exemplo. Desse total, 73,6% estão instaladas em residências, segundo o presidente da Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar), Rodrigo Sauer.



Os pequenos comércios já respondem por 16,6% do total de consumidores, seguidos pelo setor rural (7%), e pela indústria (2,4%). O restante - menos de 0,5% - se refere ao consumo de prédios públicos. Para atender as 500 mil unidades já foram instalados 400 mil sistemas solares, somando investimento de R\$ 23,1 bilhões.

<https://img.estadao.com.br/resources/jpg/7/5/1613099341157.jpg>

*Maior parte dos painéis solares está instalada em residências.
Foto: Daniel Teixeira/Estadão*

"Mesmo tendo atingido meio milhão de unidades de consumo, ainda é um volume pequeno em comparação com o potencial do Brasil, significa que apenas meio por cento dos brasileiros estão fazendo uso da geração distribuída", explicou.

Sauaia dá como exemplo a Austrália, também um país continental, que tem 2,5 milhões de sistemas de geração distribuída instalados para uma população de 25 milhões de habitantes. "Um em cada cinco habitantes tem geração solar distribuída", informou. Para chegar na mesma proporção, o Brasil teria de ter 20 milhões de sistemas, calculou.

No ano passado, mesmo em meio à crise da covid-19, o segmento de geração distribuída adicionou 2 gigawatts (GW) de potência instalada ao sistema elétrico brasileiro. Para este ano, a previsão é de mais 3 GW. No acumulado desde 2012, a geração distribuída soma 4,8 GW.

"Retomamos a trajetória de antes da pandemia. Nosso maior desafio agora é o câmbio", observou Sauaia, descartando problemas com a entrega de equipamentos importados, que no ano passado chegaram a afetar o crescimento do setor. "Este ano isso foi regularizado", afirmou.

Fonte : O Estado de São Paulo - SP

Data : 12/02/2021



Informação que vira dinheiro.

VALOR ECONÔMICO (SP)

RUMO: LUCRO LÍQUIDO CAI 98,5% NO 4º TRIMESTRE, CHEGANDO A R\$ 3 MILHÕES

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

O lucro líquido da Rumo, empresa de logística do grupo Cosan, despencou no quarto trimestre de 2020 e ficou em R\$ 3 milhões, contra R\$ 202 milhões registrados no mesmo período do ano anterior.

O resultado foi divulgado no fim da noite de quinta-feira (11).

A receita operacional líquida da empresa no quarto trimestre atingiu R\$ 1,66 bilhão, um leve recuo de 0,1% ante a receita de um ano antes.

O Ebitda (sigla em inglês para lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) também teve queda, de 15,6%, chegando a R\$ 758 milhões no trimestre.

No trimestre, a empresa movimentou 16,2 bilhões de TKU (toneladas por quilômetro útil), um avanço de 8% na comparação com o mesmo trimestre de 2019.

O resultado anual da Rumo também apresentou quedas. O lucro líquido do ano teve redução de 61,2%, puxado pelo menor desempenho do Ebitda (retração anual de 4,3%) e pelo aumento das despesas financeiras.

Outro fator que prejudicou os resultados em 2020 foi a maior concorrência com a BR-163, que foi pavimentada pelo governo federal no fim de 2019, levando a uma redução dos fretes. Essa competição impactou o principal negócio da Rumo, que é a operação de escoamento do Centro-Oeste até o Porto de Santos (um corredor ferroviário formado pelas Malhas Norte e Paulista).

Esse efeito tem sido notado ao longo de todo o ano. Porém, os executivos da empresa afirmam que haverá um equilíbrio uma vez que a estrada foi concedida à iniciativa privada, pois passará a haver cobrança de pedágio na via. O leilão da nova concessão da BR-163 está previsto para o 2o trimestre de 2021, segundo o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Já o aumento de gastos financeiros da Rumo no ano foi impulsionado pelo pagamento de outorgas das Malhas Central (Ferrovia NorteSul) e Paulista (que teve sua renovação antecipada aprovada em 2020).

Em setembro do ano passado, a Rumo fez uma antecipação dos pagamentos de outorgas das duas concessões no valor de R\$ 5,1 bilhões – 85% de tudo o que deve pelos dois contratos. Com isso, reduziu seus passivos de arrendamento e seus gastos com juros nos anos seguintes. Em 2021, a expectativa da empresa é ter uma despesa de R\$ 250 milhões com encargos financeiros decorrentes do total de suas outorgas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 12/02/2021

A NOVA FRONTEIRA QUE TRANSFORMA O BRASIL

Grãos movem avanço de Mato Grosso, mas riqueza está associada a riscos, sobretudo ambientais

Por Bryan Harris — Financial Times



[https://s2.glbimg.com/b92RwcNa5asyBxMhjH1Rggs2dSU=/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/b/D/rQXHqIQwaCCqMmvzpsNQ/foto12esp-101-ft-a16.jpg](https://s2.glbimg.com/b92RwcNa5asyBxMhjH1Rggs2dSU=/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/b/D/rQXHqIQwaCCqMmvzpsNQ/foto12esp-101-ft-a16.jpg)

Colheita de soja em Mato Grosso: produção cresce aceleradamente, impulsionada pela demanda do mercado externo — Foto: Divulgação

Rodrigo Pozzobon sorri como se não acreditasse na sorte que tem. É o sorriso enorme de quem acaba de tropeçar em um tesouro. De certa forma, foi isso mesmo que aconteceu. A mais de mil quilômetros dos Estados costeiros brasileiros - mais perto, em linha reta, do oceano Pacífico do que do Rio de Janeiro -, esse homem de 35 anos está surfando uma onda que tem atraído pouca atenção dos brasileiros e do mundo. Pozzobon é um dos reis da soja do Brasil.

Usando sapatos de camurça e uma camiseta bem limpa, ele poderia muito bem se passar por um “Faria Limer” - a elite de São Paulo que vive, trabalha e se diverte no distrito financeiro da cidade. Mas Pozzobon nasceu e foi criado em Mato Grosso e suas raízes são profundas. Seu pai trabalhou a terra para uma cooperativa na década de 1980, antes de estabelecer sua própria fazenda. Hoje, possui duas fazendas e duas casas. São Paulo é útil somente para ocasionais viagens de fins de semana.

“Não consigo me imaginar vivendo em outro lugar”, diz ele em inglês antes de mudar para o português, na medida em que o entusiasmo supera suas habilidades linguísticas. “Os lucros aqui são bons demais”. Nos últimos 20 anos, Mato Grosso, um Estado com quase duas vezes a área da

Espanha, tornou-se um dos principais produtores do mundo de uma cultura tão lucrativa que os habitantes locais a chamam de “ouro verde”. Trata-se de um “boom” estimulado por mudanças na geopolítica, a ascensão da China e a chegada de líderes populistas como o presidente Jair Bolsonaro, um ídolo para muitos em Mato Grosso.

Soja e milho no Brasil

Evolução da produção - em milhões de toneladas



[https://s2.glbimg.com/vB9XxMB8OImQ8Uf4cl0Yt89FG5Q=/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/f/t/JnIPPDQSCUjzUW73yrqw/arte12esp-102-ft-a16.jpg](https://s2.glbimg.com/vB9XxMB8OImQ8Uf4cl0Yt89FG5Q=/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/f/t/JnIPPDQSCUjzUW73yrqw/arte12esp-102-ft-a16.jpg)

Em parte, esse “boom” também vem sendo alimentado pela destruição ambiental causada pela extração desordenada de recursos que manchou a imagem internacional do Brasil nos últimos anos. Mato Grosso é hoje dominado por enormes e planas plantações que lembram o Meio-Oeste dos EUA. Em suas regiões mais ao norte, onde a paisagem se encontra com a floresta amazônica, o Estado se tornou foco de desmate ilegal.

Mas esses assuntos não ocupam muito espaço na mente de Pozzobon. Riqueza e progresso são a ordem do dia e ele se sente otimista. “Poderíamos dar um tapa na cara da China e ainda assim eles viriam comprar nossa soja, porque eles não têm outra opção”, afirma ele.

Estados litorâneos como Rio de Janeiro e Bahia dominaram o Brasil por muito tempo. No século XX, a ascensão da São Paulo industrializada e a construção de Brasília como centro político, mudaram o foco da maior nação da América Latina. Agora, ele está mudando novamente, mais para áreas antes tidas como inacessíveis. Distante das crises econômicas que enfraqueceram centros como Rio e São Paulo, Mato Grosso representa uma fronteira em expansão que está tendo papel crucial na moldagem do futuro da nação.

Sua ascensão também está mudando a própria ideia de Brasil. A euforia da primeira década do milênio - quando o crescimento vertiginoso proporcionado pelo “boom” das commodities transformou o país num queridinho internacional - acabou há muito tempo. A criminalidade e a pobreza aumentaram. A corrupção continua enraizada e as instituições democráticas frágeis. Bolsonaro, um ex-capitão do exército com atitudes frequentemente vulgares, tem muito apoio em casa, mas sua retórica sobre o ambiente e os direitos humanos vem lenta, mas consistentemente, transformando o país em um pária internacional.

Com a nação em meio a uma crise de identidade, aqueles que vivem e trabalham em Mato Grosso advogam uma narrativa diferente. Suas fronteiras terrestres oferecem uma história de esperança e oportunidades. “É um novo Brasil que nem mesmo os brasileiros conhecem”, diz Francisco Olavo Pugliesi de Castro, da Famato, entidade que representa agricultores do Estado.

A BR-163 divide o Brasil ao meio, indo, com poucas interrupções, do Sul ao Norte. Em Mato Grosso, a rodovia segue praticamente em linha reta, de modo que dirigir deveria ser uma coisa simples. Mas não é. Um fluxo sem fim de caminhões articulados disputa a supremacia sobre a via com uma frota de picapes brancas - um símbolo de sucesso para os fazendeiros ricos da região.

Surpreendentemente, o alvoroço morre a minutos da rodovia. Se você virar para leste ou oeste, vai se deparar com terras cultiváveis enormes, planas por centenas de quilômetros. Nos cantos remotos do Estado vivem comunidades indígenas, em terras demarcadas que são cobiçadas por aqueles que eles chamam de kajaiba (o “homem branco”).

A estrada de pista simples é uma peça de infraestrutura vital - ainda que aflitiva - que permite aos reis da soja do Brasil escoar seus produtos para o mundo exterior. Liga cidades mato-grossenses em crescimento como Sinop, Sorriso e Nova Mutum, a Cuiabá, no Sul, e às artérias fluviais do Amazonas, quase 1.000 quilômetros ao norte.

Conheci Pozzobon em Lucas do Rio Verde, uma cidade habilmente planejada que está hoje entre os municípios mais desenvolvidos do Brasil. Lucas, como é mais conhecida pelos moradores locais, aproveitou com sucesso seu crescimento vertiginoso nos últimos anos e seus investimentos em educação e serviços municipais. O desafio para as autoridades locais é gastar o dinheiro dos impostos com rapidez suficiente para acompanhar o crescimento da população.

“É um outro Brasil aqui”, diz Pozzobon. E isso apesar da covid-19 e seus reflexos negativos sobre a economia em geral. “Na pandemia você deixa de fazer muitas coisas, mas não para de comer”. Respondendo por 22% do PIB, o sucesso da agricultura é um dos raros pontos luminosos num país cujos setores industrial e de serviços ainda lutam para se recuperar da devastadora recessão de cinco anos atrás.

Fernando Tadeu de Miranda Borges, professor de economia da Universidade Federal do Mato Grosso, não vê sinais de recessão. “Mato Grosso conduzirá o desenvolvimento econômico do Brasil”, diz ele, embora alerte que o sucesso depende da manutenção de relações diplomáticas e comerciais, especialmente com a China, que Bolsonaro frequentemente provoca com piadas e troca de farpas.

Os “booms” agrícolas fazem parte da história brasileira desde a chegada dos primeiros exploradores portugueses, em 1500. Mas ocorrem, em sua maior parte, em terras ricas, já ideais para a produção agrícola, e em áreas relativamente próximas do litoral do país e com acesso a portos e logística. Mato Grosso não tem nada disso.

Até o fim do século XX, o vasto Cerrado que domina a maior parte de Mato Grosso era considerado ruim para a agricultura. Isso mudou com os avanços tecnológicos como a modificação genética de culturas e os novos métodos de fertilização do solo, que abriram as terras para a produção de grãos.

E esse processo foi alavancado pela ascensão da China. Com a demanda por carne disparando na segunda maior economia do mundo, o mesmo aconteceu com a demanda por matérias-primas como a soja, necessária para alimentar os animais de corte. Nos últimos dez anos o Brasil aumentou sua produção de soja de 75 milhões de toneladas para mais de 130 milhões, ultrapassando os EUA e se tornando o maior produtor mundial. A produção de milho quase dobrou, para 105 milhões de toneladas.

Mesmo assim, para os habitantes das grandes cidades brasileiras, Mato Grosso continua sendo uma ideia distante, conhecido mais por seu clima escaldante do que como um motor emergente da economia da nação. Para alguns mato-grossenses, há uma indignação silenciosa com o fato de seus 3,5 milhões de habitantes não receberem o devido reconhecimento por suas conquistas. “Já somos maiores que São Paulo em termos de PIB agrícola”, diz Mauro Mendes, governador do Estado, em seu gabinete na capital Cuiabá. “E ainda há muitas fronteiras a explorar”.

A duas horas ao norte de Lucas do Rio Verde, pela BR-163, encontra-se a cidade de Sinop. Com mais de 150 mil habitantes e crescendo, Sinop é o modelo do desenvolvimento urbano na região, com amplas avenidas e praças bem-cuidadas. “Ainda não somos como São Paulo em termos de teatros e entretenimento, mas estamos felizes em constatar o progresso e o desenvolvimento”, diz Angelo Carlos Maronezzi, que comanda um centro de pesquisas agrícolas. “Viver aqui é muito gratificante porque há muitas oportunidades”.

Há 50 anos, essa parte de Mato Grosso era dominada por uma mistura de floresta e matagais, em sua maior parte sem a presença humana. Encorajadas pelos governos militares, obcecadas com o desenvolvimento dos territórios distantes, ondas de migrantes do Sul começaram a chegar nas décadas de 70 e 80, com frequência descendentes de alemães, italianos e imigrantes do Leste Europeu.

Essa é uma história contada em todas as esquinas de Sinop. Na prefeitura, há fotografias desses “colonizadores” da década de 70, juntamente com imagens em branco e preto de grandes tratores derrubando a vegetação nativa - cenas que, hoje, causariam indignação. “Pegamos um Estado que não valia nada, uma terra que não valia nada e a domamos com tecnologia e métodos de fertilização”, diz Maronezzi, que se mudou para o Mato Grosso em 1992, vindo do Sul.

A positividade é algo comum entre os moradores que conheci em minha visita ao Estado, especialmente em Sinop e Sorriso, onde as ruas são dominadas por grandes casas com portões, evocando mais Miami do que uma parte distante do Brasil. As reclamações são poucas e dispersas, mas, quando pressionado, Ícaro Francio Severo, um vereador de Sinop, diz que o município sofre de problemas com a rede de esgoto e com o excesso de burocracia.

“Quando chegamos, tudo estava acontecendo, tudo estava crescendo. Ficamos encantados”, diz Glaucia Regina Santos, dona de um restaurante de beira de estrada na BR-163. À primeira vista,

Glaucia parece porta-voz improvável desse novo Brasil. “Mato Grosso significa sucesso”, diz ela, enfatizando as oportunidades para os jovens em termos de trabalho e estudos nas numerosas universidades da região - Sinop tem sete.

O orgulho local não é a única coisa que une aqueles que procuram as fronteiras agrícolas do Brasil. Eles também acreditam em Bolsonaro. O presidente venceu as eleições de 2018, aproveitando a onda de descontentamento popular com a corrupção. Desde então, seu governo tem sido marcado por tentativas tímidas de reforma econômica, disputas políticas constantes e críticas internacionais, especialmente por causa da destruição da floresta amazônica. Para os observadores de fora, Bolsonaro carrega similaridades com Donald Trump em seu populismo e uso de uma linguagem incendiária.

Mas, enquanto a mensagem de Trump ressoou em grande parte em parcelas economicamente marginalizadas dos EUA, Bolsonaro encontra simpatia entre os produtores e comunidades mais ricas, que aplaudem suas atitudes mais pragmáticas em relação aos negócios, depois de anos de governos de esquerda. Bolsonaro conseguiu 66% dos votos em Mato Grosso nas eleições de 2018. Mas seu grau de aprovação no próspero cinturão agrícola ao norte da capital Cuiabá é bem maior. Mais de 77% dos moradores de Sinop apoiaram o homem que chamam de “mito”. Sorriso, que se autodenomina “a capital brasileira da agricultura”, reporta números parecidos.

O rosto do presidente é onipresente em outdoors em toda a região, graças a dedicados grupos locais. Quando ele visitou Sorriso e Sinop, recentemente, foi cercado por simpatizantes. “Você deveria ter visto ele aqui. Foi logo de cara para a multidão para abraçar as pessoas”, diz Severo, o vereador de Sinop. “E ele valoriza o agronegócio. Acabou com muita burocracia, acelerou os investimentos e direcionou dinheiro para o setor. Também agradou fazendeiros, defendendo-os na questão ambiental, protegendo-os daqueles da esquerda que dizem que eles estão destruindo a Amazônia.”

E não é só financeiramente que Bolsonaro se conecta com os moradores da região: ele também compartilha de sua fé. Assim como a maior parte do Brasil rural, Mato Grosso continua sendo profundamente religioso, mas a composição dos fiéis vem mudando. Nas últimas duas décadas - paralelamente ao renascimento econômico -, o Estado esteve à frente de um fenômeno que varreu o Brasil: a ascensão das igrejas evangélicas.

O próprio Bolsonaro continua oficialmente católico, mas ele ganhou o apoio do movimento evangélico quando foi batizado por um pastor no rio Jordão em Israel, dois anos antes de concorrer à presidência. Foi uma manobra astuta. Se a atual tendência persistir, a maioria dos brasileiros deverá estar se identificando com os cristãos evangélicos até 2030.

Essas mudanças já são bem claras em Mato Grosso. Em 2000, os evangélicos representavam 16% da população do Estado - um número que saltou para 25% em 2010. O censo de 2020 foi adiado por causa da pandemia, mas pesquisas regionais sugerem que um número maior do que 30% dos habitantes do Mato Grosso já são evangélicos.

“O que faz Sorriso prosperar é a religião. Noventa por cento da prosperidade vem da religião”, diz Cristiane Silva Paulino Rodriguez, uma moradora da cidade. Bruno Mendes dos Santos, pastor da Igreja Mundial do Poder de Deus em Sorriso, diz que as igrejas são importantes na manutenção de um senso de comunidade e responsabilidade nessas cidades fronteiriças. “Religião é união”, diz ele quando eu pergunto sobre o papel da fé em cidades como Sorriso.

Bolsonaro também ganhou pontos na região por dar atenção ao que ela mais precisa do governo federal: investimentos em infraestrutura. No ano passado, seu governo conseguiu asfaltar a BR-163 até o porto de Miritituba, no Pará, o que significa que agora os produtores rurais do Mato Grosso podem usar os rios caudalosos da floresta tropical para escoar seus produtos para o mundo. Ele também defende a construção de ferrovias que cruzariam o Mato Grosso.



Os planos encontraram a oposição de grupos indígenas, que perderiam para esses projetos partes de suas terras supostamente protegidas. Mas para os fazendeiros da região, é um próximo passo inevitável do desenvolvimento. Apesar de toda a importância da BR163, as distâncias no Brasil são simplesmente grandes demais para o transporte rodoviário ter sentido econômico ou ambiental.

Com a população mundial devendo alcançar 10 bilhões nos próximos 30 anos, os produtores rurais de Mato Grosso deverão ter retornos ainda maiores. Mas a proliferação das superfazendas brasileiras tem um preço. Entre 2009 e 2019, quase 14 mil quilômetros quadrados de florestas nativas foram destruídos em Mato Grosso - uma área do tamanho do Estado de Connecticut e a segunda maior taxa de desmatamento do Brasil, perdendo apenas para o Pará.

“O Estado do Mato Grosso comprometeu-se em reduzir o desmatamento durante a conferência de Paris sobre as mudanças climáticas, em 2015... e o governo do Estado aumentou o número de inspeções e os cumprimentos de embargos, o que é positivo”, diz Cristiane Mazzetti do Greenpeace no Brasil. Mas, mesmo assim, o desmatamento em Mato Grosso voltou a crescer em 2020. “O governo federal sinaliza rotineiramente que os crimes ambientais serão tolerados. E para piorar as coisas, o governo ainda prevê cortes significativos no orçamento deste ano para inspeções e combate a incêndios e o desmatamento”, afirma ela.

A destruição do Estado começou décadas atrás, quando a política “desenvolvimentista” dos generais tentou unir o Brasil com a construção de cidades e rodovias como a BR-163. Mas a destruição continua sob Bolsonaro, cuja retórica de apoio aos produtores rurais, garimpeiros e madeireiros vem sendo interpretada como sinal verde para derrubar florestas.

Renato Farias, diretor do Instituto Centro de Vida, um grupo de sustentabilidade baseado em Mato Grosso, diz que a discussão sobre o desmatamento ilegal é delicada - é como “ir contra o próprio patrimônio”. Farias abraça uma ideia que vem ganhando a simpatia de políticos e agricultores brasileiros, que afirmam que com novas tecnologias e técnicas sustentáveis o Brasil poderá dobrar sua produtividade agrícola sem precisar derrubar mais florestas.

No longo prazo, as questões ambientais poderão se mostrar a ruína de Mato Grosso. Cientistas acreditam que se o desmatamento da floresta amazônica continuar além de um certo “ponto crítico”, os padrões climáticos que dão suporte à agricultura - e à indústria - na América do Sul mudarão de forma rápida e dramática.

Também no lado político Mato Grosso enfrenta riscos. Por enquanto, seu espírito de “velho Oeste” é defendido e até mesmo alimentado por Bolsonaro. Mas o presidente populista quer a reeleição no ano que vem e - com a pandemia do coronavírus sem controle - não há certeza de que ele será derrotado e substituído por um Joe Biden brasileiro, mais preocupado com o ambiente. As relações complicadas de Bolsonaro com a China também representam um perigo claro e presente.

Por enquanto, porém, no escritório sobre sua casa, Severo, o vereador de Sinop, saboreia seu próximo projeto, que ele diz estar “quase terminado”. A cidade quer construir um shopping que atrairia marcas valorizadas pela rica comunidade agrícola da região. “Precisamos fazer muitas coisas para melhorar, transformar Sinop em uma grande cidade, uma cidade mais organizada. Mas se você pegar uma foto tirada há cinco anos, não acreditará na diferença em relação a hoje. O crescimento foi muito grande. E ele não para”, diz. (Tradução de Mário Zamarian)

Want to read more from the FT? Sign up for a free corporate trial for you and your team at: www.ft.com/am730.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 12/02/2021

GAS BRIDGE PREPARA ESTREIA EM COMERCIALIZAÇÃO E ESTOCAGEM

Controlada pela Lorinvest, empresa avalia outras oportunidades em infraestrutura e serviços no setor
Por André Ramalho — Do Rio

Criada em 2019, de olho nas oportunidades geradas pela abertura da indústria de gás natural, a Gas Bridge vive a expectativa de estreitar como comercializadora, no mercado livre, no primeiro semestre. Em paralelo a negociações com clientes e produtores de gás, a empresa controlada pela Lorinvest, gestora de investimentos do grupo Lorentzen, prepara o terreno para atuar em outros nichos dentro do setor e promete investir US\$ 300 milhões no campo de Manati (BA), para transformá-lo num ativo de estocagem de gás.

O plano é começar a prestar o serviço a partir do fim de 2022. A Gas Bridge corre para se consolidar como o primeiro provedor de estocagem do Brasil. Investimentos em infraestrutura (como unidades de processamento e de liquefação) e distribuição de gás natural liquefeito (GNL) para mercados desconectados da malha de gasodutos também estão no radar. O presidente da empresa, Marco Tavares, conta que o plano da companhia é atuar na ponte entre os produtores e consumidores, fora do ambiente regulado (como transporte e distribuição).

Gas Bridge prevê fechar, no 1º semestre, contrato para importar da Bolívia e oferecer gás no mercado livre

A Gas Bridge conta com o capital da Lorinvest, mas pretende, para cada projeto, nas diferentes áreas de negócios da companhia, atrair parceiros. “A ideia é trazer fundos de grande porte para investir em infraestrutura”, afirma Tavares ao Valor.

No futuro, abrir o capital da empresa na bolsa também é uma possibilidade. “Vamos olhar todas as alternativas possíveis de estruturação financeira da empresa para atrair capitais. Pode ser um IPO [abertura de capital], uma parceria com fundos”, comenta. “Mas primeiro temos que consolidar os nossos projetos”, ressalva.

Fundador da consultoria Gas Energy, Tavares é também um dos co-fundadores da Gas Bridge, ao lado de João Carlos de Luca, ex-diretor da Petrobras e ex-presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP). Ambos participaram, como consultores, da gestão do Novo Mercado de Gás, programa do governo que visa a reduzir o domínio da Petrobras no segmento. Esteban Papanicolau (ex-Gas Porto), Ronaldo Borgerth e Peter Boot (oriundos do Lorinvest) também são co-fundadores da empresa.

Dentre as diferentes áreas de negócios, a Gas Bridge espera começar a operar, primeiro, como comercializadora. A companhia tem uma carteira de potenciais clientes industriais interessados em migrar para o mercado livre. A expectativa é avançar nos próximos meses nas negociações para aquisição do gás junto aos fornecedores. A ideia da empresa é montar um mix entre gás importado da Bolívia e gás nacional.

A Gas Bridge chegou a negociar um acordo com a estatal boliviana YPF, em 2019, mas o negócio não avançou na ocasião, em meio às incertezas políticas no país vizinho. Tavares está confiante, agora, em fechar um contrato para importação da Bolívia no primeiro semestre. A empresa também prevê fechar acordos com produtores no Brasil, no segundo semestre. Uma vez equacionado o suprimento, a ideia é recorrer aos contratos de curto prazo com a Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), para acesso ao gasoduto Gasbol, que se estende, no Brasil, de Mato Grosso do Sul à região Sul.

A meta da Gas Bridge é fechar uma carteira de clientes de 5 milhões de metros cúbicos diários (m³/dia), o equivalente a 14% do consumo das indústrias no Brasil. Segundo Tavares, o setor industrial “está pronto” para a migração. “Toda essa vivência que a indústria passou [com a abertura] no setor elétrico a preparou para esse momento da abertura do gás”, disse.

No negócio de estocagem, por sua vez, a Gas Bridge tem contratos assinados com a Enauta, PetroRio e Geopark, no valor total de R\$ 848,8 milhões, para compra de 65% do campo de gás de Manati (BA). A empresa também participa do processo de venda dos 35% da Petrobras na concessão. Tavares explica que o ativo, que está em fase de declínio da produção, possui vocação

geológica para estocar gás. O plano da companhia é investir na conversão do campo para estocagem, num projeto de US\$ 300 milhões - incluindo a aquisição e conversão do ativo.

A estocagem garante liquidez ao mercado. Dentre os potenciais interessados, estão produtores que buscam garantir a segurança no fornecimento aos seus clientes. Com ela, fornecedores podem recorrer ao estoque e garantir a entrega prevista em contratos com indústrias, por exemplo, em momentos de oscilação na produção.

“Até hoje quem tem feito esse trabalho de supridor e comprador de última instância do mercado é a Petrobras... Mas [com a abertura] começa a haver necessidade de alguém que possa prover esse serviço”, afirma o membro do conselho consultivo da Gas Bridge, Marcelo Menicucci.

A empresa mira a aquisição de outros ativos com vocação para estocagem, mas aguarda, antes, a aprovação da Nova Lei do Gás.

A Gas Bridge está estruturada em quatro áreas de negócios: comercialização; estocagem; novas tecnologias (como produção de diesel a partir do gás); e infraestrutura de midstream (elo que conecta a produção ao mercado).

Na área de infraestrutura, Menicucci diz que a companhia estuda unidades de processamento; otimização de rotas de escoamento; liquefação; e logística para escoar líquidos do gás natural - frações do gás que contêm propano e butano, que formam o gás liquefeito de petróleo. A Gas Bridge vê uma falta de infraestrutura para transportar esse LGN para mercados fora do Sudeste e cogita atuar na infraestrutura, nesse nicho.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 12/02/2021

ENGIE BRASIL VAI INVESTIR R\$ 3,5 BI NO PAÍS ESTE ANO

Até 2023, plano de investimentos da companhia no país deve ficar próximo aos R\$ 6 bilhões
Por Gabriela Ruddy — Do Rio



[https://s2.glbimg.com/QdMkw3bUH9TfOy6O1mBqV3dklk=/1000x0/smart/filters:strip_icc\(\)/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/5/a/8Avx1yTyyROqA0yUmaUQ/foto12emp-101-engie-b2.jpg](https://s2.glbimg.com/QdMkw3bUH9TfOy6O1mBqV3dklk=/1000x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2021/5/a/8Avx1yTyyROqA0yUmaUQ/foto12emp-101-engie-b2.jpg)

Sattamini, presidente da EBE, alerta para falta de chuvas: “Estamos em um ano hidrológico mais fraco e isso vai gerar efeitos nocivos à indústria em geral” — Foto: Caio Graca/Valor

A Engie Brasil Energia (EBE) vai investir R\$ 3,5 bilhões ao longo do ano de 2021, com foco nos setores de energias renováveis e infraestrutura. Até 2023, o plano de investimentos da companhia no país deve ficar próximo aos R\$ 6 bilhões, volume que pode variar, dependendo da seleção de novos projetos. “Dentro desses valores podem estar novas linhas de transmissão, gasodutos e projetos de energia eólica e solar, por exemplo”, disse o presidente da EBE, Eduardo Sattamini.

O grupo controlado pela francesa Engie também tem interesse em projetos de geração hidrelétrica, como é o caso da licitação da usina de Foz do Areia, operada pela Copel, no Paraná. A hidrelétrica deve ter o controle privatizado para a extensão do contrato de concessão, que atualmente se encerra em 2023.

Apesar das boas perspectivas para o ano, a EBE vê com preocupação os possíveis impactos que o cenário de baixo volume de chuvas em 2021 pode trazer para o setor elétrico. Sattamini ressalta que o mercado já mostra recuperação da queda de demanda observada em meio à pandemia, mas o

cenário hidrológico gera preocupações. “Estamos em um ano hidrológico mais fraco e isso vai gerar efeitos nocivos à indústria em geral. Estamos buscando hedges e proteções contra essa situação. Vai ser um ano bastante difícil para o setor elétrico”, disse o executivo.

Segundo Sattamini, não há risco de racionamento de energia, mas deve haver necessidade de aumentar a geração em usinas termelétricas para compensar a menor geração hidrelétrica. A Engie é hoje a maior geradora privada de energia do país, com mais de 10,5 mil megawatts (MW) de capacidade instalada, dos quais mais de 80% estão em usinas hidrelétricas.

Em 2020, apesar dos efeitos da pandemia, a EBE registrou lucro líquido de R\$ 2,79 bilhões, alta de 21% em relação a 2019. A receita operacional líquida da empresa somou R\$ 12,25 bilhões, crescimento de 25% na comparação anual, enquanto o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) atingiu R\$ 6,48 bilhões, aumento de 25,7% em relação aos resultados do ano anterior.

De acordo com Sattamini, a solução da repactuação do risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês), assim como a incorporação da Transportadora Associada de Gás (TAG), ajudaram os resultados da Engie ao longo do ano. “O resultado da TAG foi melhor do que esperávamos no ano, em função da baixa taxa de juros”, afirmou o executivo.

A EBE comprou 90% da TAG, da Petrobras, em parceria com a controladora Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), por US\$ 8,6 bilhões. A transportadora contribuiu com R\$ 420 milhões no lucro líquido total da companhia de energia ao longo de 2020. Já o impacto da resolução da judicialização causada pela disputa sobre o pagamento do risco hidrológico nos resultados do grupo foi de R\$ 967,7 milhões. A questão se arrastava há quase cinco anos e travou liquidações no mercado de curto prazo de energia elétrica.

Como efeito dos resultados em 2020, o conselho de administração da EBE aprovou pagamento de dividendos de R\$ 0,7471 por ação, num valor total de R\$ 609,6 milhões. A proposta ainda precisa ser ratificada pela assembleia geral ordinária. Durante o primeiro semestre do ano passado, a empresa optou por não distribuir parte dos lucros, em meio às incertezas causadas pela pandemia. Posteriormente, a companhia normalizou o pagamento dos proventos e, em 2020, o valor distribuído vai ser equivalente a todo o lucro líquido ajustado da empresa no ano, desconsiderando os valores relativos à repactuação do risco hidrológico.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 12/02/2021

BNDES APROVA FINANCIAMENTO DE R\$ 1,49 BI PARA A ENERGISA

Os recursos serão usados para plano de investimentos de nove distribuidoras de energia elétrica do grupo

Por Alessandra Saraiva, Valor — Rio

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) informou, em comunicado, aprovação de financiamento de R\$ 1,49 bilhão para o Grupo Energisa. Os recursos serão usados para plano de investimentos de nove distribuidoras de energia elétrica do grupo, para melhoria de serviços, expansão de rede de distribuição e ampliação do número de clientes, informou o banco.

Ao todo, estas empresas atendem 10 diferentes estados, detalhou o BNDES. Dos recursos financiados pelo banco, R\$ 965 milhões serão emprestados na modalidade direta e R\$ 522 milhões por meio indireto, ou seja, por meio de agentes financeiros credenciados junto ao banco.

O BNDES informou que o empréstimo será concedido no âmbito da linha Finem - Distribuição de Energia Elétrica. Haverá concessão de crédito individual a cada uma das nove companhias do grupo Energisa, detalhou a instituição.

O prazo de execução do projeto é de até dois anos e a perspectiva é de geração de 7.162 empregos durante a sua implantação, segundo informações apuradas pelo banco.

Os planos de investimentos abrangem as distribuidoras do grupo nos estados do Acre (EAC), Mato Grosso (EMT), Mato Grosso do Sul (EMS), Minas Gerais (EMG), Paraíba (EPB), Rondônia (ERO), Sergipe (ESE), Minas Gerais, São Paulo e Paraná (ESS) e Tocantins (ETO). Os recursos serão usados para aquisição de equipamentos e realização de obras, para modernização de infraestrutura e melhoria operacional, informou o BNDES.

O banco detalhou também que o financiamento está em acordo com o Plano Nacional de Energia 2030 proposto pelo governo, que prevê ampliar e reforçar a rede de interligações, incluindo a rede de distribuição de energia.

O BNDES lembrou, em seu informe sobre o empréstimo, que o Grupo Energisa atua nos segmentos de geração, transmissão, geração distribuída e comercialização de energia elétrica.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data : 12/02/2021

SE EUA NÃO INVESTIREM MAIS, CHINA VAI ‘PASSAR A PERNA’ , DIZ BIDEN

Presidente começa a defender seu plano de um segundo pacote trilionário de gastos públicos, desta vez voltado para a recuperação da economia americana e que deve incluir investimentos em infraestrutura

Por Andrew Restuccia — Dow Jones Newswires, de Washington

O presidente dos EUA, Joe Biden, alertou que a China está fazendo avanços em transportes que lhe dão uma vantagem sobre os EUA, ao defender no Congresso a aprovação de um pacote de recuperação econômica que inclui mais gastos com infraestrutura.

“Se não nos mexermos, eles vão nos ‘passar a perna’. Eles têm grandes, grandes novas iniciativas em ferrovias”, disse Biden, acrescentando que a China, além disso, está avançando aceleradamente em tecnologia de veículos elétricos.

Biden falou com o presidente da China, Xi Jinping, na noite de quarta-feira, em telefonema que durou duas horas. Na primeira conversa entre eles desde a posse de Biden, os dois líderes abordaram uma série de temas, como direitos humanos, comércio exterior e segurança, de acordo com a Casa Branca.

Em falas de maio de 2019, Biden pareceu desqualificar a noção de que a China seria uma grande ameaça competitiva aos EUA. “A China vai nos ‘passar a perna’? Fala sério, cara!”, disse ele em Iowa, argumentando que o país asiático enfrentava problemas internos em uma escala muito superior aos dos EUA. E acrescentou: “Eles não são concorrência para nós”. O então presidente Donald Trump criticou Biden pelos comentários na época, chamando-o de ingênuo.

Ontem, a porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki, disse que Biden reconhece a ameaça competitiva representada pela China. “A opinião do presidente é que estamos em uma competição com a China, e ele percebe muito bem a profundidade desse desafio”, disse.

Biden e sua equipe já estão de olho num segundo pacote de gastos, voltado para a recuperação econômica que, segundo esperam, o Congresso aprovará nos próximos meses. No centro desse pacote estão gastos com infraestrutura.

Psaki preferiu não informar quanto Biden espera gastar em um eventual pacote de infraestrutura.

Autoridades da Casa Branca disseram que Biden deve lançar oficialmente seu plano de recuperação da economia nas próximas semanas. O plano vai se concentrar em criação de empregos, infraestrutura, banda larga e investimentos em energias renováveis.

O plano é o segundo elemento de uma reação em duas partes à pandemia. O primeiro é o pacote de ajuda a pessoas, empresas e governos locais afetados pela epidemia de covid-19. A previsão é que a Câmara aprove esse pacote, de US\$ 1,9 trilhão, até o fim deste mês. Ele então irá ao Senado, onde a aprovação poderá ser mais difícil, já que parte do pacote exigem maioria qualificada de 60 senadores, e os democratas têm apenas 50.

Durante sua campanha eleitoral, Biden propôs gastar US\$ 2 trilhões ao longo de quatro anos para melhorar a infraestrutura do país, criar empregos no setor de energia renovável e enfrentar a mudança climática.

Estão entre suas propostas: criar 1 milhão de novos empregos na indústria automobilística americana, em parte por meio do desenvolvimento de veículos elétricos; conceder incentivos federais para desenvolver meios de transporte públicos de emissão zero nas cidades; erguer edifícios e residências mais eficientes na utilização de energia; e usar subsídios e empréstimos federais para melhorar o sistema ferroviário americano.

A Casa Branca disse ontem que Biden reiterou seu compromisso de que o governo "vai levar empregos em construção civil, indústria, mecânica pesada e em setores que requerem profissionais altamente especializados para comunidades frequentemente deixadas para trás".

No primeiro ano de governo, os presidentes tradicionalmente fazem um pronunciamento perante uma sessão conjunta do Congresso, em vez do discurso sobre o Estado da União, muitas vezes no fim de fevereiro, para expor suas agendas. É provável que Biden use esse discurso para dar mais detalhes sobre o pacote de estímulo à economia americana.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data : 12/02/2021



AGÊNCIA BRASIL - DF

BOLSONARO QUER QUE POSTOS EXIBAM COMPOSIÇÃO DE PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

Presidente citou decreto, mas não disse data para publicação
Por Pedro Rafael Vilela - Repórter da Agência Brasil – Brasília

O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta quinta-feira (11), em sua live semanal nas redes sociais, a edição de um decreto que obriga postos de gasolina a exibirem aos consumidores a composição do preço do combustível, com descrição do valor de cada imposto cobrado e das margens de lucros dos agentes envolvidos, incluindo os distribuidores e os próprios postos.

"Será via decreto. A gente espera que o Parlamento aprove. Não tem nada de mais. É um direito de todos vocês saber quanto de imposto se paga em qualquer mercadoria. A gente vai exigir, via decreto, dos postos de gasolina", disse. Bolsonaro não informou quando o decreto será publicado.

"Não vou negar informações pra vocês. Final de janeiro, tivemos 7 centavos [de aumento] no preço do diesel. Na segunda-feira última, mais 13 centavos. E parece que vai ter mais reajustes ainda porque o preço do petróleo está subindo lá fora e o dólar não cai no Brasil", disse o presidente. Desde 2016, a Petrobras segue uma política de variação do preço dos combustíveis que acompanha a valorização do dólar e a cotação do petróleo no mercado internacional. Os reajustes são realizados de forma periódica nas refinarias.

Durante a live, Bolsonaro afirmou que deve apresentar nesta sexta-feira (12) um projeto de lei complementar para regulamentar trecho de uma emenda constitucional de 2001 e definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais o imposto incidirá uma única vez. A ideia, já anunciada em uma coletiva de imprensa na semana passada, é alterar a forma de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), que é um tributo estadual e representa, por exemplo, cerca de 14% do preço final do diesel, combustível usado no transporte de carga por caminhoneiros.

Segundo o presidente, o projeto deve atribuir ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) a prerrogativa de discutir como a cobrança do ICMS deve ser fixada sobre os combustíveis. O colegiado é formado por integrantes do Ministério da Economia, incluindo o titular da pasta, Paulo Guedes, e todos os secretários estaduais de Fazenda.

"Nós queremos que o Confaz decida qual percentual vai incidir em cima do litro dos combustíveis ou um valor fixo, em real, que vai constar para cada litro de combustível, a título de ICMS", disse Bolsonaro, que negou que o projeto seja uma interferência da União sobre a autonomia dos estados. "Num segundo momento, os senhores governadores vão decidir, com suas respectivas assembleias legislativas, quanto é esse percentual ou qual o valor fixo em cima do litro. Não tem nenhuma interferência minha. Nenhum governador vai perder receita", afirmou.

Ainda na transmissão ao vivo, Bolsonaro citou o valor dos impostos federais incidentes sobre a gasolina, o diesel e o GLP (gás de cozinha) e criticou a forma como o ICMS é fixado atualmente. O imposto é um percentual cobrado no preço do combustível vendido na bomba e varia de estado para estado.

"O que se faz de 15 em 15 dias? Pega-se o valor médio do combustível e daí os governadores aplicam o percentual em cima daquilo. O ICMS não só incide em cima do preço do combustível na refinaria, mas incide também em cima do PIS/Cofins, incide em caso de existência de Cide [Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico], incide em cima da margem de lucro dos postos, incide em cima do custo da distribuição e incide em cima do próprio ICMS. Isso é uma loucura".

Edição: Paula Laboissière
Fonte: Agência Brasil - DF
Data : 12/02/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

LIMINAR AUTORIZA PORTONAVE A RETOMAR COBRANÇA DA SSE/THC-2

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 11 Fevereiro 2021



<https://cdn-pen.nuneshost.com/images/201210-operacao-msc-nitya-divulgacao-portonave.jpg>
Arquivo/Divulgação Portonave

Decisão da Justiça do DF considerou que já existe regulação setorial que autoriza expressamente a cobrança. Juíza aceitou argumento da empresa de que suspensão da cobrança pelo Cade estava trazendo prejuízos financeiros e afetando isonomia na concorrência.

A Justiça de Brasília concedeu liminar, nesta quinta-feira (11), que permite a Portonave voltar a cobrar pelos serviços de segregação e entrega de contêineres (SSE) prestados aos terminais e recintos alfandegados. A juíza Adverci Rates Mendes de Abreu, da 20ª vara federal no Distrito Federal, entendeu que já existe regulação setorial (resolução normativa 34/2019 da Agência



Nacional de Transportes Aquaviários-Antaq), que autoriza expressamente a cobrança, além de haver uma posição já consolidada pelo Judiciário favorável ao recolhimento dessa taxa.

A Portonave entrou com ação no Judiciário após a decisão provisória do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que, no último dia 3 de fevereiro, acatou, por 5 votos a 2, recursos da Localfrio e determinou preventivamente a suspensão da cobrança da taxa pelos terminais de Navegantes (Portonave) e da APM, em Itajaí, até o final do processo. A Portonave considerou que a decisão liminar que determinou a suspensão foi acertada ao revelar que a medida preventiva deferida pelo Cade poderia gerar desregulação prejudicial do mercado portuário.

Em seu recurso, a Portonave sustentou que a SSE são serviços portuários especiais e diferenciados prestados pelos terminais portuários em benefício de terminais retroportuários alfandegados (TRAs) ou outros recintos alfandegados, a fim de viabilizar a transferência da carga em regime de trânsito aduaneiro de DTC (declaração de trânsito de contêiner). A empresa enfatizou que a SSE é chamada impropriamente de “THC-2” por aqueles que se insurgem contra sua cobrança.

A Portonave também informou em seu pedido de liminar que, no regime de DTC, a transferência da carga deve ocorrer no prazo de 48 horas do desembarque do contêiner no porto, o que demanda uma série de serviços específicos e prioritários em relação às demais cargas desembarcadas na instalação portuária, impactando o fluxo ordinário de movimentação do terminal. A empresa argumentou que vem sofrendo prejuízos diários com a suspensão da cobrança do serviço, o qual encontra respaldo na RN-34/2019, aplicada aos terminais de uso público e privado. A empresa alegou ainda que a conduta do Cade invade a área de regulação da Antaq.

A juíza decidiu por manter a cobrança da SSE a recintos alfandegados em que a Portonave executa atividade, a fim de evitar prejuízos financeiros e operacionais diários à empresa e que afetasse a isonomia entre os agentes econômicos. “A medida cautelar deferida pelo Cade direciona-se exclusivamente à pessoa jurídica ora demandante [Portonave], sendo necessário considerar que eventual desregulação do mercado em exame poderia advir da própria medida administrativa, uma vez que legitima tratamento anti-isonômico em setor marcado por intensa concorrência”, apontou a juíza em sua decisão, que é válida até o julgamento final da ação.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 12/02/2021



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercosshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercosshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006